

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 64ª
(SEXAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A SITUAÇÃO DOS
SERVIDORES SUPERENDIVIDADOS DO BANCO DE BRASÍLIA - BRB
DE 04 DE AGOSTO DE 2022.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 4 de agosto de 2022, às 15h01min12seg.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido por este Presidente.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 63ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.364/2022, de autoria do Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 4 de agosto de 2022, será transformada em comissão geral para debater a situação dos servidores superendividados do Banco de Brasília – BRB.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – A Presidência vai suspender a comissão geral para que os convidados e demais espectadores possam adentrar o plenário. Retornaremos a comissão geral em seguida.

Muito obrigado.

Está suspensa a comissão geral.

(Suspensa às 15h07min, a comissão geral é reaberta às 15h17min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Declaro reabertos os nossos trabalhos.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater a situação dos servidores superendividados junto ao Banco de Brasília – BRB.

Convido a tomar assento à Mesa: o Sr. Diretor-Executivo de Varejo do Banco de Brasília, Dario Oswaldo Garcia Júnior – seja bem-vindo, Dario –; a Sra. Presidente da *Caixa Assistencial* de Benefícios dos Servidores do Governo do Distrito Federal, Elied Barbosa; o Sr. Defensor Público Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor, Antonio Carlos Fontes Cintra; o Sr. Diretor do Sindicato dos Bancários, André Nepomuceno.

Pessoal, nós chamamos esta comissão geral para debater a situação dos superendividados. Um assunto que não é novo – para mim esse assunto não é novo. O primeiro contato direto que eu tive com os superendividados foi exatamente num determinado dia em que a Elied – isso já tem alguns anos, foi em 2008 –, como servidora do Hospital de Base, servidora da saúde, ligou-me falando da situação de superendividamento dela no banco. E ela me dizia que o banco estava pegando o salário dela todo.

Essa não é uma prática só do BRB. Essa é uma prática do conjunto dos bancos: Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco. Todo mundo faz isso! Eu mostrei a ela que era possível a gente dar um encaminhamento a essa situação. Porque a Elied – eu a pego sempre como exemplo, e, depois, ela poderá confirmar isso aqui – estava à beira de um ataque de nervos. A situação dela realmente era muito grave.

E o que nós fizemos? Nós entramos com uma ação na Justiça para que fossem descontados só 30% do salário dela, que é o que entendemos – e está na lei – que dá para a pessoa viver minimamente com dignidade. Portanto, tiram-se os 30%. Nós conseguimos a ação. Tempos depois, eu até brinquei com a Elied... Ela estava em Guarapari, no Espírito Santo, e me ligou de lá. Eu falei: “Elied, já está gastando de novo? Não se endivide.” Ela disse: “Não, eu agora estou equilibrada”. O banco tinha dado um treinamento. Todo mundo que passou nessa época pela negociação passava por um processo de educação financeira.

Quando veio o Governo Agnelo, nós vimos também o tanto de gente superendividada que havia e conseguimos que o banco colocasse um departamento no oitavo andar. Era um núcleo que tinha uma chefia que cuidava dessa questão dos superendividados. Isso porque, muitas vezes, as pessoas comparecem na agência e terminam brigando com o gerente. O gerente não tem culpa, porque ele está lá para cumprir metas. Se ele não cumprir a meta, ele é que vai perder o cargo. Por isso, a gente preferiu que houvesse um departamento dentro do banco, uma estrutura própria para o processo de negociação das dívidas.

Eu fiquei sabendo hoje que o banco estava com muito medo desta audiência, com medo da exposição do banco. A primeira coisa que eu preciso deixar claro aqui na abertura – a comissão é transmitida pela *TV Câmara Distrital* – é que nós temos o maior carinho pelo Banco de Brasília, até porque o Banco de Brasília é uma instituição nossa. O que o banco lucra aqui é reinvestido aqui, diferentemente de outros estabelecimentos, tipo Bradesco, ou dos bancos estrangeiros, que pegam o lucro e vão dar boa vida aos nativos deles lá no país de origem. O BRB não, ele reinveste aqui.

Portanto, o que a gente quer tratar hoje é com relação aos superendividados, qual o processo de negociação que dá para fazer e como é que a gente tira essas pessoas do sufoco em que estão. Infelizmente, com sete anos sem reajuste salarial, as pessoas perderam, no mínimo, 35% do poder aquisitivo que elas tinham. Essa é a tragédia dessa política desenvolvida pelo governo do capitão capiroto, com o agravante de que, com a reforma previdenciária que aconteceu no Distrito Federal, servidores perderam, no mínimo, líquidos, 1.800 reais. Portanto, é mais uma perda que os trabalhadores tiveram. Há outro agravante: com o desemprego, boa parte dos servidores da educação, da segurança e da saúde que são aposentados viraram arrimos de família. São eles que estão sustentando as famílias. Neto, bisneto, filho, está tudo em volta deles.

Portanto, o que nós queremos... Precisamos abrir esse processo de negociação com o banco, e hoje os diretores vão ser muito sinceros aqui. Há gente indo ao suicídio. É mais de uma pessoa que já perdeu a vida por causa do endividamento.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu conversava há pouco com O...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Botar fogo não vai resolver nada, companheiro. Estamos aqui para resolver. Botar fogo não vai resolver nada.

Uma coisa que eu queria pedir também é o seguinte: sessão que eu presido tem ordem. Portanto, cada um vai ter a hora de falar. Na hora em que a gente abrir as inscrições, as pessoas vão falar e tudo.

Agora o que nós queremos efetivamente... Há um cidadão que está aqui neste plenário que pediu para não ser exposto, mas depois ele vai conversar com vocês pessoalmente, porque o drama da vida dele é algo terrível. Ele é policial civil, e a esposa dele também é servidora. Os dois entraram num processo de endividamento. Ele me dizia ainda agora que já pensou em suicídio porque, todo mês, não sobra nada para ele. Como se não bastasse, para tentar alimentar os filhos, ele ainda teve que recorrer à agiotagem. E, aí, o agiota é pior, porque o agiota mata.

Portanto, esta nossa comissão geral, para a qual a gente convidou o BRB – e o BRB está aqui para ouvi-los –, é no sentido de tentarmos encontrar uma saída para que as pessoas voltem a ter o mínimo de paz.

Pensem aqui comigo: uma pessoa mora de aluguel, é servidor público, professora ou professor, todo mundo acha que ele tem um bom salário, e ele mora de aluguel e se endividou no banco. Chega o dia do pagamento, o banco cata tudo, e ele não tem dinheiro para pagar o aluguel. O dono do imóvel não vai acreditar que ele não tem dinheiro para pagar. Pensem na tragédia que se torna a situação dos familiares. Portanto, nós precisamos encontrar uma saída.

Eu até conversava aqui com outros Deputados que, assim como o Governo do Distrito Federal fez mais de um plano de recuperação das empresas – está ali o Deputado Agaciel Maia, com quem converso muito sobre isso –, fez o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal das empresas, a gente acha que está na hora de fazer um Refis para os servidores para eles saírem dessa tragédia efetiva que eles estão vivendo. Eu e o Deputado Agaciel Maia temos debatido muito isso aqui. Nós vamos debater amplamente.

Os senhores diretores do banco podem ter certeza – e eu estou falando exatamente isso na abertura da comissão geral – de que o nosso debate aqui não é contra o BRB; é contra o sistema financeiro, pela maneira como todos eles estão atuando. Não vamos botar a culpa no BRB. Todos seguem a mesma cartilha do sistema financeiro, e a gente pode alterar isso. Creio que a gente pode alterar, começando pelo BRB, até porque não há risco de os servidores que estão superendividados, quer sejam da ativa ou aposentados, darem calote. Logo, se não há risco de darem calote, eles têm que ter um tratamento diferenciado. E é isso o que nós queremos debater aqui no dia de hoje.

Nós vamos iniciar pela Sra. Elied Barbosa, que fala por todos e que organizou os superendividados.

Eu queria registrar a presença do Deputado Agaciel Maia, que vai estar aqui conosco. S.Exa. já está, vai continuar e vai falar.

Eu queria convidar para compor a Mesa a nossa companheira licenciada do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, que é uma das categorias mais endividadas, a Sra. Rosilene Correa.

Companheira Elied Barbosa, você está com a palavra, por vinte minutos, para expor toda a situação que os superendividados estão vivendo.

Em seguida, nós vamos ouvir a direção do banco. Depois vamos ouvir pessoas que estão no plenário, vamos ouvir o Deputado Agaciel Maia e vamos tentar uma saída para essa situação dramática que vocês estão vivendo.

SRA. ELIED BARBOSA – Boa tarde.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante o convite. Esta é uma oportunidade ímpar que estamos tendo hoje de nos posicionarmos e levarmos tanto ao BRB quanto ao público a situação do servidor superendividado.

Quero agradecer a presença do Sr. Dario, que está representando o BRB; a do Sr. Antonio Carlos, Coordenador do Núcleo de Defesa; a do Sr. André Nepomuceno, Diretor do Sindicato dos Bancários; a da Sra. Rosilene; e a de todos vocês que vieram corroborar essa necessidade que a gente tem de resolver essa questão.

O Deputado Chico Vigilante lembrou bem que, em 2008, eu tive um período... Eu fiquei por dois anos sem salário. O meu pagamento saía, mas já ficava. Eu ainda ficava com dívida por causa dos juros.

Então, eu devia 5 mil em um mês, 8 mil no outro, 10 mil no outro; e assim foi durante quase dois anos. Naquele momento, procurei o Deputado Chico Vigilante. Um colega se suicidou lá no hospital, pois achava que, morrendo, iria deixar o seguro para a família. Quando ele se matou, procuramos o Deputado, que prontamente nos ajudou. Não só a mim. Levei mais de mil pessoas, naquele período, a terem os mesmos benefícios. Foi muito importante.

Os anos se passaram e, em 2015, fizemos um movimento grevista. É uma história rápida, para se entender a CABS – Caixa Assistencial de Benefícios dos Servidores do Governo do Distrito Federal, o que é a caixa de assistência, o que é essa associação.

Em 2015, fizemos, então, um movimento grevista, no Governo Rollemberg, e criamos um grupo no Facebook, o Servidores – Justiça Já!, com todos os servidores do GDF – Governo do Distrito Federal. Ali, um servidor postou uma foto com um revólver na boca, dizendo que iria se matar porque estava há três meses sem salário.

Foi a partir desse movimento que viemos para a Câmara e nos movimentamos. O Deputado Chico Vigilante nos recebeu na época e a Deputada Celina Leão, que presidia a Câmara, também. O Deputado Chico Vigilante foi importantíssimo naquele momento, como tem sido até agora. Conseguimos, então, naquele movimento, fazer aquela primeira renegociação com os servidores. O BRB não tinha ainda uma política de renegociação, que ficaria pronta dali a alguns meses, mas era urgente que fosse feito naquele período, porque os servidores estavam passando fome.

Criei um outro grupo e resolvemos que uma associação seria importante para que pudéssemos discutir com o BRB como pessoa jurídica. Desde então, o Dario sempre nos atende. Tentamos, várias vezes, algumas renegociações.

Veio o período da pandemia, e a situação complicou muito, porque muitos de nós precisamos sustentar os parentes, filhos, esposa, marido, mãe e pai, que ficaram desempregados. O BRB abriu uma linha de crédito, veio essa questão do aumento da margem, e nós precisávamos. O que fizemos? Pegamos.

Então, ficamos em uma situação de endividamento cada vez maior. E o banco, ao mesmo tempo em que nos oferece, nos oferta o crédito, muitas vezes sem termos condição de pegá-lo... Ele oferta o crédito porque tem o nosso salário. O que acontece? Ele sabe que vai receber, de uma forma ou de outra, e isso é um prejuízo muito grande para a gente. Por quê? Porque nós, naquele momento de desespero, vamos lá e pegamos, mas ficamos sem o salário daí a pouco. Juridicamente, há uma responsabilização daquele que empresta. Ele também tem que saber o limite do empréstimo.

Estamos há mais de sete anos sem reajuste. Estamos vivendo, a maioria de nós, da antecipação salarial, da antecipação do 13º, da antecipação do Imposto de Renda. Não temos mais salário. Vivemos de antecipação. Isso chega ao limite, porque todas as antecipações têm juros e nós não temos reajuste, não temos aumento.

Recentemente, procurei novamente o Dario, que nos recebeu – eu e a Diretora da Cabs, a Marilda. Pedimos que fosse feita uma renegociação e ele nos disse que, dentro das possibilidades, iria fazê-la. Ocorre que, dos nomes que enviamos, pouquíssimas pessoas conseguiram. As taxas de juros estão muito altas. Quando pegamos, pegamos com elas menores. Então, não compensa, não vale a pena. A nossa dívida, hoje, se é de 200 mil, vai para 400 mil. Ela dobra, porque aumenta o número de parcelas. Ficou inviável.

Qual seria a solução? A solução, na minha opinião, pelo que tenho observado, pelo que temos vivido, pelo que vejo hoje... As pessoas estão querendo pedir demissão. Tenho associados querendo pedir demissão, porque não têm salário. A pessoa trabalha três, quatro meses, sem salário. Tenho o exemplo de uma pessoa que fez um curso caríssimo, é uma das únicas especialistas em

autismo no DF, e está sem salário. Ela é professora. Como se vai para uma sala de aula se, dentro de casa, o filho está ficando sem alimento praticamente?

Muitos que queriam estar aqui, hoje, não estão porque não têm o dinheiro da gasolina, não têm o dinheiro da passagem. Há associados que não estão indo trabalhar porque não têm o dinheiro da passagem.

É muito complicada essa situação. Psicologicamente, estamos todos abalados. Precisamos, realmente, discutir seriamente formas de resolver esse problema. É um problema social grave, que leva muitos ao suicídio, à depressão, a doenças, ao câncer. É adoeceador chegar o dia do seu pagamento...

Hoje, várias pessoas me mostraram... Todos os meses, recebo isso. Estão lá, provisionados, 8 mil, 10 mil. "Elíed, eu não tenho salário. O que vou fazer?" Isso não pode acontecer mais. Não pode! Somos servidores do público. Precisamos estar bem, precisamos estar saudáveis, ir para uma sala de aula com tranquilidade. Precisamos ir para um campo de batalha – como a saúde –, na pandemia e fora dela, com tranquilidade, com o mínimo de conforto, com a certeza de que pelo menos 50% do meu salário vai estar lá. Mas ele não está.

É muito importante este momento para que a gente possa discutir alternativas e soluções para esse problema.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado à nossa Elíed.

É exatamente isto: levantar o problema com a gravidade que ele tem, mostrá-lo do jeito que ele é, para que a gente encontre uma saída. Sinceramente, não dá para continuar desse jeito.

Vamos ouvir agora, por dez minutos, o Sr. Diretor do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, companheiro André Nepomuceno.

SR. ANDRÉ NEPOMUCENO – Eu queria externar o meu cumprimento e o meu boa-tarde ao Deputado Chico Vigilante, mais uma vez promovendo uma comissão geral de suma importância para os servidores, para a sociedade, para a economia do DF e que inclui o Banco de Brasília como um centro de discussão.

Eu queria cumprimentar o Sr. Antonio Carlos; o Diretor do Banco, Dario Oswaldo – eu também sou funcionário do banco já há bastante tempo, apesar de dirigente sindical –; a Sra. Elíed; e a professora com alto conhecimento da situação da categoria, companheira Rosilene Correa.

O que eu teria a colocar aqui, para fazer um arrazoado? Eu queria cumprimentar o Plenário, o Deputado Agaciel Maia, os que estão aqui, todos os que estão no auditório, no plenário, particularmente os servidores e as servidoras de todas as categorias. Nós, bancários, também somos trabalhadores e trabalhadoras e, no caso específico do BRB, que é a pauta aqui, também...

O arrazoado seria o seguinte: temos um histórico, e o grande problema a nosso ver – como trabalhadores, inclusive, que vivem de salário – é que há uma defasagem brutal na remuneração salarial e complementar do conjunto. São várias categorias, de trinta a quarenta. Eu as tenho aqui. Claro que houve posições numéricas diferentes em relação às remunerações, desde o início do milênio – particularmente, no governo de 2010-2014 é que foram concedidos reajustes. No governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, foram concedidos reajustes, digamos assim, de relevância. E foi negociada a repercussão desses reajustes em três ou mais parcelas – o que tenho anotado aqui são três parcelas –, cujo segundo grande volume deveria ter sido pago em 2015, no Governo Rollemberg – e não o foi.

Agora, já no final do atual governo, o Governo Ibaneis – depois falo mais alguma coisa *en passant*, vamos manter o centro aqui –, é que foi concedido, em abril, mas sem retroatividade. Sem retroatividade!

Então, a nosso ver, um dos principais batentes, um dos principais alicerces, a base, ou pelo menos uma das principais, dessa situação realmente muito incômoda, e infelizmente, em alguns casos, até extrema...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ANDRÉ NEPOMUCENO – É essa questão da falta de reajuste. Estava falando dos casos extremos. Infelizmente, há casos extremos em que pessoa se vê impossibilitada de fazer face aos seus compromissos: vê a família, olha em torno de si e se sente, realmente, em uma espiral sem fim.

A gente entende que esse desprezo na concessão de reajuste é independente da valorização e da capacidade de luta, porque é preciso reconhecer: nós, como bancários da cidade, também ganhamos, em vários momentos, em aliança com várias categorias em busca daqueles que são nossos direitos comuns. Salário, remuneração, é direito básico do trabalhador.

Nós viemos com a convicção de que a recomposição salarial, o reajuste salarial e o aumento real são investimento. Investimento nos corpos funcionais das várias empresas, nos vários órgãos da administração direta, nos servidores propriamente ditos, na Justiça, nas polícias, na área de segurança – essa área que também é afetada, entre tantas categorias –, nos professores, no pessoal da saúde, nas empresas públicas.

Inclusive, tivemos, infelizmente, a CEB – Companhia Energética de Brasília privatizada. E está tendo problema de demissão, ao contrário do que o governador falou, mas isso é outra história; problema de redução salarial, também.

Isso afeta os orçamentos familiares. A renda se torna insuficiente, e as pessoas, naturalmente, com a responsabilidade familiar, com a responsabilidade da sua própria manutenção e das contas – mesmos as contas básicas –, sem contar o consumo, entram em uma situação de endividamento.

Entendemos – temos certeza disso, aliás – que a atual conjuntura do País influencia de modo determinante nisso, porque nós vemos um quadro de desemprego, um quadro de queda da renda, de massa salarial caindo, um quadro de arrocho salarial. Mesmo para quem mantém o emprego, a renda média vem caindo. Mesmo para quem mantém emprego e mantém salário há arrocho salarial. Para não falar no quantitativo de miseráveis, não é?

Então, acelerando aqui, o que a gente vê nessa situação desregrada e absolutamente hostil é que a insegurança promovida pelos governos – em particular, no caso da macroeconomia, pelo Governo Federal – traz o aumento dos juros. O aumento dos juros impacta toda a sociedade, toda a economia e, particularmente, os trabalhadores que – tema central aqui –, quando já não conseguem sustentar o seu orçamento, em grande parte pelo arrocho salarial, têm que se endividar.

Como o Deputado Chico Vigilante já bem colocou, a nosso ver, é no geral. O sistema financeiro acaba sendo, realmente, muito sugador da renda da sociedade, dos salários, porque os juros interferem de cima a baixo, de baixo a cima, permeando toda a centralidade da economia.

Então, mesmo sem estar endividado, a gente paga muitos juros no dia a dia, na compra, no comércio, no consumo, na própria operação que você faz, para não falar no endividamento que, com certeza, os juros afetam muito, afetam principalmente...

Eu tenho um dado aqui que é mais ou menos assim: 77% das famílias do País estão endividadas e metade delas já tem a metade da renda do ano comprometida; e, desses 77%, 28% é só do serviço da dívida, quer dizer, não é a dívida, não é o pagamento das parcelas, é o pagamento de juros e encargos financeiros. Essas famílias têm 28% da sua renda comprometida só com juros, o que é uma coisa completamente inadmissível.

Por fim, a questão do BRB, nós não podemos deixar de falar do BRB. O nosso entendimento é de que é um banco público – melhor com o BRB do que sem –, é um banco que está sob a administração do GDF, que é eleito, que é o acionista majoritário e que pode, sim, fazer políticas de negociação.

No nosso entendimento, o BRB vem mantendo um atendimento, digamos assim, menos impactante do que o mercado em geral, porque também há um endividamento em outros bancos, em geral com juros muito maiores. Então, o fato de o BRB ser público, a nosso ver, possibilita uma margem de negociação maior.

Claro, a responsabilidade – dado o volume do problema e o tanto que ele atinge as pessoas, os servidores públicos – cabe à direção do banco e ao GDF, em última instância, a maior responsabilidade – tanto pelo arrocho salarial quanto por ser o acionista majoritário do banco – e o esforço para respeitar realmente a vida das pessoas, porque estão afetadas pela conjuntura. Não é

que as pessoas queiram se endividar e sejam necessariamente irresponsáveis. Pelo contrário. A imensa maioria tem que sobreviver, tem que atender à sua família, e os juros estão realmente extorsivos.

Então, cabe, sim, à direção do banco e a esta Casa principalmente, porque, se o GDF é o acionista majoritário – vamos fazer um raciocínio rápido aqui, porque o meu tempo está se esgotando, estamos à disposição –, ele pode, sim, tomar medidas que contemplem... Eu não vou dizer que é uma situação simples, direta. Eu acho que é uma situação complexa e, por isso, tem que haver uma engenharia política – o que o Deputado Chico Vigilante está promovendo aqui mais uma vez.

A Casa é eminentemente política, a Casa é do povo, a Casa deve representar a maioria do povo, que são as trabalhadoras e os trabalhadores. Então, eu acho que passa pela política, passa por pressionar o GDF...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Concedo-lhe um minuto para concluir.

SR. ANDRÉ NEPOMUCENO – E entender que há um viés técnico. Eu acho que em todas as categorias todo mundo é muito profissional, trabalha com as regras, com a finalidade, com a sua competência de atender a população, na maioria dos casos. A polícia, os professores, os servidores da saúde, da Justiça, as pessoas da administração direta têm compromisso também com a excelência profissional e assim também são os bancários.

O Sindicato dos Bancários de Brasília e a Federação dos Bancários do Centro-Norte, o qual estou representando aqui também, têm clareza de que os bancários do BRB, no caso aqui, dão o seu máximo para atender bem e fazer a diferença. Em geral, você não tem, nos outros bancos, o mesmo atendimento que tem no BRB. Isso eu afirmo com certeza. Os funcionários do BRB se dedicam bastante e não podem ser confundidos com uma eventual insatisfação das situações muito graves de juros, promovidas principalmente pelos juros.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos ouvir agora o nosso companheiro, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, o Deputado Agaciel Maia. (Palmas.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Meu colega de trabalho, Deputado Chico Vigilante – a quem parabeno sempre por ter essa iniciativa de debater esses assuntos que afligem principalmente os servidores públicos que hoje estão bastante endividados, não só aqui em Brasília como no Brasil todo –, Rosilene, representantes do banco.

Vou falar mais como economista do que como Deputado. Só existem duas saídas basicamente para essa questão: ou o servidor passa a ganhar mais e, portanto, tem mais condições de realizar os pagamentos dos empréstimos que faz – o governo tem essa opção –; ou nós temos que fazer um Refis – como o Deputado Chico Vigilante falou –, ou seja, dispensar a parte dos juros – o governo pode fazer isso. Se precisar de autorização legislativa, nós estamos aqui para fazer. Precisamos fazer um Refis, a exemplo do que foi feito para os empresários, desprezando qualquer multa, fazendo uma redução de 50% no endividamento do servidor e, se quiserem ainda, nesse Refis do servidor, fazer um alongamento, reduzindo substancialmente pelo menos em 50% a 60% o valor da prestação que o servidor paga. (Palmas.)

Nós teríamos essa opção. Na realidade, nós já fizemos isso aqui com dívida de empresários. Nós atingimos... o governo conseguiu recuperar 3 bilhões e meio. Eu acho que é bom para o BRB fazer isso, é melhor fazer um Refis dos servidores endividados do que não receber ou ter uma inadimplência muito grande.

A gente tem essa opção, Deputado Chico Vigilante. Eu posso até contribuir fazendo uma tabela, se eu tiver informações suficientes dadas pelo banco, para que a gente possa fazer a projeção de um alongamento que possa aliviar em 50%, 60% o valor das prestações que os servidores devem hoje ao BRB, esticando o prazo e permitindo que isso possa aliviar o servidor.

Outra coisa importante para se fazer em conjunto é rever a lei que estabeleceu o percentual da cobrança da previdência, que foi uma maldade. Primeiro, do Governo Federal, ao aumentar a alíquota, inclusive dos aposentados. Eu sou da época em que você aposentava e não descontava o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, nem a previdência. Depois, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso criou esse mecanismo de descontar... Quer dizer, você passa 35 anos da sua vida contribuindo para receber um salário; então, você pagou por aquilo com que você está aposentado. Aí, depois que você aposenta, você vai continuar pagando a previdência? Para o além? Você não vai aposentar novamente! Se não bastasse isso, ainda aumentaram a alíquota da previdência, inclusive dos aposentados também. Uma maldade!

Aqui, Deputado Chico Vigilante, não sabemos do futuro, nós temos uma eleição, já estamos juntos há três mandatos, não sabemos como vai ser – só Deus e os eleitores –, se estaremos aqui, mas nós temos que rever esses percentuais da previdência. Eu sou considerado da base do governo, mas eu não votei! Eu não votei em aumento da alíquota da previdência. Até o Governador Ibaneis ficou chateado. Eu disse: "Governador, eu não tenho condições de votar isso porque é um absurdo". "Mas é uma lei federal, se não aprovarmos no âmbito do Distrito Federal, nós vamos ser sancionados com os repasses da União." Eu disse: "Mas não tem quem faça eu votar um negócio desse, porque isso é um absurdo".

Depois de passar sua vida toda contribuindo, você continuar contribuindo já é um absurdo. Absurdo maior, Deputado Chico Vigilante, é aumentar aquilo com que você já contribui.

Eu acho que a saída mais objetiva, mais rápida, mais simples, é exatamente se promover um Refis. Sempre com a tese – como fizemos para o empresariado – de que é melhor receber do que deixar de receber, dispensar multas e cobrar basicamente o capital que foi emprestado – sem acréscimo – e, ao mesmo tempo, fazer um alongamento das parcelas, permitindo assim que as prestações mensais sejam substancialmente reduzidas.

Do ponto de vista econômico, isso é viável. Do ponto de vista jurídico, isso é viável. Do ponto de vista legislativo... A iniciativa tem que ser do governador, mas, do ponto de vista do Poder Legislativo, tenho praticamente absoluta certeza, como Líder da Maioria nesta Casa, de que, tanto a Maioria como a Minoria, todos votaríamos a favor.

É isso, Deputado.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado ao Deputado Agaciel Maia.

Nós batemos muito nessa questão do aumento da alíquota. Eu votei contra, a Deputado Arlete Sampaio também votou contra, mas o governo implementou. Agora, acho, todo mundo está vendo que deu errado. Portanto, acho que está na hora de a gente cobrar do governo um novo projeto restabelecendo o que havia antes.

Vamos ouvir agora a companheira professora licenciada Rosilene Correa, ex-Diretora do Sindicato dos Professores, acho que ainda não superendividada, mas caminhando para lá. (Risos.)

Deputada Arlete, conforme o Regimento, a hora em que você puder falar é só...

SRA. ROSILENE CORREA – Boa tarde. Boa tarde, companheiro Chico Vigilante, Deputado que está sempre atento às necessidades do nosso povo, não só do Distrito Federal, não só do servidor público e não só dos vigilantes, mas de toda a população.

Cumprimento a Mesa na pessoa da Elied, a quem parabeno pela iniciativa e pela coragem de enfrentar um tema tão delicado.

E, claro, o meu boa-tarde muito especial é a vocês.

Eu fiz questão de vir aqui, porque tenho certeza de que precisamos tratar das questões mais delicadas tentando chegar o mais perto possível da situação. Quis ficar aqui para ficar mais perto de alguns de vocês que, tenho certeza, estão sentindo na pele, Elied, essa situação.

Como bem disse o companheiro Chico, eu me sinto muito privilegiada por ter podido... Mesmo criando meus filhos sozinha e tal, vim tendo um controle. Então, não vou aqui dizer para vocês que sei exatamente o que é isso. Eu tento imaginar o que pode ser isso.

Eu me lembro, Deputada Arlete, de quando eu ainda era adolescente e trabalhava. Eu tinha um salário muito baixinho. Eu trabalhava em padaria, então eu ganhava pouquinho, mas tentava me organizar. Eu morava com uma tia para estudar, e ela falava: "Rosilene, a gente sabe exatamente o dia em que o seu dinheiro acaba, porque você fica muito diferente, o seu comportamento, você fica irritada".

É isso. Quando a pessoa se preocupa e não tem como se sustentar, pagar as contas, comprar o que precisa, comprar remédio, é natural que ela sinta isso. Por isso precisamos ter sensibilidade para lidar com essas pautas.

Também porque nós temos muita gente adoecida. Já foi falado aqui de pessoas que tiram a própria vida por isso. Às vezes, tiram a vida do outro também, porque estão sendo cobradas, porque estão sendo pressionadas. Isso é também uma situação que leva à violência, e violência contra si próprio. Isso é muito triste.

Agora, Chico – Deputado Chico, desculpe-me a intimidade –, não podemos não falar um pouco do País em que estamos vivendo. Por que estamos com essa situação se agravando a cada dia? Nós temos um país que sofreu um golpe. Portanto, a classe trabalhadora sofreu um golpe. Nós, servidores do GDF, estamos caminhando para oito anos sem reajuste. Nós tivemos a última parcela paga, a maioria das categorias, mas com atraso e, como já foi dito, sem retroativo. Então, não tivemos reajuste. Havia uma dívida conosco, cujo pagamento a Justiça, inclusive, determinou.

Estamos há oito anos, praticamente, sem reajuste! Então, é natural que isso nos leve a um empobrecimento. E temos uma política nacional que é mesmo para empobrecer a trabalhadora e o trabalhador. É isso o que está acontecendo.

Quando nós temos uma economia que, propositalmente, está em baixa, quando nós não temos geração de emprego... Quando nós não temos reajuste, sem querer, estamos causando desemprego. O GDF está causando desemprego aqui. Se nós servidores públicos não estamos consumindo como normalmente fazíamos – ou faríamos –, o mercado vai vender menos, a loja de roupa vai vender menos, o cinema vai vender menos, a farmácia vai vender menos, todos vão vender menos, não é? Então, isso vai levando a uma bola de neve. Isso não tem segredo nenhum. Nós estamos vivendo num país onde a pobreza está se aprofundando, é mais gente.

Deputado Chico Vigilante, Deputado Agaciel Maia, Deputada Arlete Sampaio, representantes do BRB, não dar solução a isso nos leva a continuar assistindo a mais famílias morando na rua, a mais gente pedindo, porque vai ser mais gente passando fome.

Não é porque temos uma matrícula como servidor do GDF que não podemos chegar a esse limite da pobreza total. É isto que está acontecendo: as pessoas estão ficando sem nada, sem salário. Nós professores... E não somente nós professores, mas os trabalhadores da educação, de quem eu posso falar, porque é com quem eu convivo direta e diariamente. É muita gente.

Eu fiz uma observação, no dia 14 de julho encerrei o meu mandato no sindicato, então não sou mais dirigente do SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal, e posso dizer a vocês que, nos últimos tempos, o que nós atendemos de pessoas, de companheiros da educação que chegaram ao sindicato em desespero, pedindo socorro, pedindo ajuda do nosso jurídico... A situação é muito grave.

Nós passamos a ter inclusive um atendimento psicológico oferecido pelo sindicato, porque não podemos financiar, não podemos fazer empréstimos. Além do apoio jurídico para judicializar algumas situações, buscamos dar também o atendimento psicológico, porque as pessoas chegavam lá à beira da morte, da loucura mesmo. É muita gente assim. É muita gente que, de fato, não pode sair de casa, porque não tem dinheiro para sair de casa. No máximo tem o dinheiro contadinho para ir trabalhar, senão tem o corte do ponto, e a situação se agrava. O mais louco de tudo isso...

Para resolver essa situação, o Deputado Agaciel Maia deu, aqui, uma sinalização, mas tem que ter decisão política de quem governa para fazer isso, não basta a vontade de quem está aqui legislando – não é, Deputada Arlete Sampaio? Tem que haver uma decisão política. Por isso eu falei de sensibilidade.

Quando você vê um governador que tem coragem de dizer que as pessoas que estão na fila há três dias no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social para um atendimento têm que ser

gratas porque têm um benefício, eu entendo que essa pessoa não tem muita sensibilidade com a situação que estamos tratando aqui, senão já teria dado alguma solução. (Palmas.)

Isso se torna mais grave ainda a partir de quem está na condução do processo.

Nós sabemos que o GDF não é o acionista majoritário do BRB. Ou é? (Pausa.) É! Então, torna-se uma solução mais fácil de decisão política, porque ser sócio majoritário significa ter voz mais forte dentro do banco.

O que nós não podemos é continuar assistindo a esse banco cumprir um papel de lobo – porque é isso que ele faz. E nós precisamos...

Ontem, por coincidência, eu conheci a Presidenta da Associação dos Bancos de Brasília, na comemoração de 50 anos da associação. Ela falou que uma das maiores demandas que há é, exatamente, de cursos para ajudar essas pessoas superendividadas, Deputada Arlete Sampaio.

A pessoa fica com o emocional tão abalado que perde, inclusive, o controle do seu próprio salário. Então, mesmo que se resolva isso, essas pessoas precisam de ajuda para se reorganizarem, para reaprenderem a lidar com o seu salário dentro daquele limite e voltarem a ter paz na sua vida.

De qualquer maneira, uma coisa é legislar. Os juízes têm se posicionado, mas a lei que existe, o que se tem do ponto de vista legal, ainda é insuficiente, não atende.

Eu não sei se vocês viram a medida do Governo Federal – e não sei o termo jurídico que se aplica. Para ser considerada superendividada, pelo que está lá determinado, a pessoa tem que ultrapassar os 25%. Se ela tiver até 25% de um salário mínimo para o seu sustento, ela não é superendividada. Se ela tiver, para o seu sustento, 25% de um salário mínimo, independentemente do seu salário... Essa é a base de cálculo. Isso é um absurdo, porque hoje são 330 reais ou alguma coisa assim, se não me falha a memória. Se eu tiver isso para viver, Deputado Chico Vigilante, e para pagar as minhas contas, o banco não é obrigado a me considerar uma superendividada. Isso é algo irracional.

Nós precisamos legislar, mas também concordo com o Deputado Agaciel Maia, estamos aqui tratando de uma situação que é nossa, que é local, que é BRB, que é GDF, mas essa também é a realidade da classe trabalhadora brasileira, vai além do Distrito Federal. Por isso nós temos também que ter, sim, esse debate dentro do Congresso Nacional. Teremos esse olhar certamente com o novo governo a partir de 2023. E, principalmente, teremos políticas para dar soluções imediatas e para dar sequência e retomada de vida com dignidade para todo mundo. Que a gente não tenha ninguém passando fome e nem querendo se matar ou matar alguém porque não sabe o que fazer diante do desespero de não ter o seu salário para o seu próprio sustento. Eu acho que a gente precisa ter uma realidade que é urgente.

Eu falei um pouco da origem de tudo isso, desse empobrecimento que estamos sofrendo, mas vamos sair daqui, Deputado Chico Vigilante, apontando alternativas e não só criando uma falsa expectativa. Nós precisamos, de fato, dar esperança, mas aquela esperança do fazer, de saber o que pode ser feito de imediato para essa situação. Eu, inclusive, tenho outro compromisso, e o Deputado Leandro Grass também, mas quero muito ouvir aqui os representantes do banco, porque a gente precisa saber o que se tem de proposta real para a solução da situação. Eu não quero, de verdade, ter notícias de mais ninguém nesse limite do desespero por estar endividado, sendo um servidor.

Vale também aqui recuperar, ainda dentro das consequências de tudo o que a gente está vivendo, a reforma da previdência que ainda veio para empobrecer, para achatar mais ainda o nosso salário. Então, nós temos o acúmulo de medidas que foram adotadas propositalmente, medidas que foram adotadas por quem está governando este País, por quem está governando o GDF, por quem preside o banco. Enfim, são medidas adotadas pela política atual. Essas medidas são a prova de que nós chegamos ao...

(Soa a campanha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Um minuto para concluir.

SRA. ROSILENE CORREA – Já concluindo mesmo.

Eu quero parabenizar mais uma vez a iniciativa deste debate tão necessário. Seria muito bom que nós estivéssemos aqui, neste momento promovido por esta Casa, olhando para a frente,

comemorando e agradecendo algo que tenha sido feito, mas, lamentavelmente, não estamos vivendo essa realidade. Mas essa realidade pode e deve ser mudada por nós.

Um grande abraço, gente. Muita saúde para todos nós e vamos caminhar juntos que acharemos solução para tudo. Não vamos perder a esperança jamais. Beijo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, companheira Rosilene.

Vou passar a palavra à nossa querida companheira Deputada Arlete Sampaio e, em seguida, ao Dr. Antonio Carlos Fontes Cintra, Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos, a todas e à Mesa.

Eu quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante e falar da importância da iniciativa de V.Exa. Eu tive uma reunião com a Elied e com vários representantes da associação dos endividados. Eu vi a gravidade da situação.

Para ser breve na minha fala, eu acho que há uma questão sobre a qual precisamos refletir. Primeiro, sobre o teto dos gastos, quando foi feita a Emenda Constitucional nº 95, nós tivemos um congelamento dos gastos públicos por vinte anos para as áreas sociais, para tudo o que é serviço público que o governo deveria fazer para o povo. Mas nós não tivemos o congelamento dos gastos públicos para os bancos e para os rentistas. De forma que hoje você vê uma realidade que, em 2016, 32,6% do PIB – Produto Interno Bruto era para pagar juros de serviço da dívida pública e hoje são 50% ou quase 60%, 58% e alguma coisa. Portanto, o rentismo está cada vez mais retirando dinheiro, que é para o povo, para os seus bolsos.

Eu acho que há duas coisas que precisam ser resolvidas aqui. Primeiro, a política que os bancos têm. Por exemplo, agora mesmo o governo concedeu o Auxílio Brasil de 600 reais, mas as pessoas que recebem o Auxílio Brasil podem fazer o consignado, ou seja, elas podem retirar até 2.600 reais, e depois o banco vai comer todos os 600 reais que ela tem. Não é?

Portanto, a primeira coisa é isto: a política de crédito do banco. O banco estimula o tempo inteiro as pessoas a tirarem mais dinheiro e depois escorcha nos juros.

Eu penso o que já foi dito aqui pelo Deputado Agaciel Maia. Eu também acho que seja a solução. A gente votou nesta Casa, em todos os governos, o Refis para que as pessoas endividadas, os empresários endividados tivessem parte da sua dívida reduzida e, depois, fossem pagando parcelas, etc. e tal.

Eu acho que tem que haver um Refis. É claro que o banco é uma instituição financeira que tem regras definidas pelo Banco Central, mas isso é possível se houver vontade política de se fazer. É melhor receber... É claro que tem de haver um limite que fique para a subsistência das pessoas e que seja razoável. Não pode uma pessoa que ganha 3.000 reais pagar 2.800 reais e sobram 200 reais para ela comer, sobreviver e fazer as coisas.

Tudo isso tem que ser discutido numa mesa, para que a gente possa encontrar uma saída que seja plausível, aceitável para ambas as partes, sobretudo levando em conta a realidade das pessoas. Isso já foi dito aqui pela Rosilene.

Nós estamos vivendo uma situação em que os servidores públicos estão há oito anos sem reajuste. Há um achatamento salarial brutal que realmente leva a esse endividamento.

Eu acho que essas coisas têm que ser equacionadas. Se o banco tiver boa vontade, se o governo tiver boa vontade e se nós tivermos a participação, tanto do Parlamento quanto dos próprios associados, vamos encontrar uma saída.

É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado à nossa querida companheira Deputada Arlete Sampaio.

Eu passo a palavra ao Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor, Sr. Antonio Carlos Fontes Cintra.

SR. ANTONIO CARLOS FONTES CINTRA – Quero agradecer o convite ao Deputado Chico Vigilante e parabenizá-lo por este evento. É um tema bastante caro para nós da defensoria.

Agradeço também à Deputada Arlete Sampaio por permanecer aqui para escutar um pouco da nossa fala e expor o problema que vivemos há muitos anos.

Não há nada que me faça sofrer mais do que isso no atendimento ao consumidor, porque é uma sensação de impotência diária, com pessoas chorando na minha frente. É como uma facada no peito todos os dias.

Eu quero dizer uma coisa bem clara para vocês e falo isso com a autoridade de quem está no núcleo desde 2004 e atende 8 mil pessoas por ano. Existe um nome para o superendividamento, e o nome é BRB. Noventa e oito por cento dos endividados do Distrito Federal são por causa do BRB. Os outros bancos não fazem a mesma coisa. Isso não acontece com os outros bancos.

Vou dizer a vocês a razão. Isso começou em 2008, na legislatura de 2008, quando foi alterado o art. 144 da Lei Orgânica do Distrito Federal, dando-lhe dois parágrafos, o 4º e o 5º. Significa, de forma crua, dizer que o BRB tem a exclusividade das contas dos salários dos servidores e pensionistas do Distrito Federal.

O que isso significa na prática? Se você faz um empréstimo com qualquer outro banco que você tenha a liberdade de escolher – e as pessoas têm essa liberdade no País, porque nós vivemos num país livre –, quando esse banco ultrapassa aquela margem do salário, que é da folha de pagamento, e ingressa, então, na cobrança da sua conta corrente, o que você pode fazer? Mudar de banco. Você muda de banco e ele não vai mais tirar. O banco vai pensar duas vezes – como pensam – e não vai ultrapassar, dando empréstimo atrás de empréstimo, de modo a comprometer 100% do salário da pessoa, porque, senão, ele não vai receber. O BRB pode fazer isso, porque as pessoas não têm escolha.

Deixem-me dizer mais. Há muito tempo, em Roma, na Grécia antiga, existia um sistema de escravidão por dívidas. Se a pessoa não pagasse sua dívida, no final das contas, ela se tornava escrava, mas, em cinco anos, ela tinha que ser libertada. Durante esses cinco anos, não podiam nem tocar no corpo da pessoa, tinham que dar alimentação, comida e casa.

Hoje, o que temos, quando 100% do salário vai para o BRB, é uma escravidão moderna, ainda pior do que nos tempos antigos. (Palmas.) Porque hoje as pessoas não têm garantia de moradia, nem de casa, nem de roupa. No final das contas, o que é a definição de escravidão se não essa em que você não tem salário, porque 100% do seu salário vai para o seu senhor?

É isso que o BRB se tornou. Um banco que era para ser um banco social se tornou um senhor de escravos. Isso não é exagero. Isso é simplesmente a semântica.

Como é que essa situação se resolve? Isso vai se resolver dando, então, algum rolamento nessa dívida? Não, porque o BRB vai continuar fazendo outros escravos. Daqui a um tempo, a gente tem novamente a necessidade de rolar essa dívida.

Só há uma forma de solucionar isso: dando a essas pessoas a liberdade de poder escolher em qual banco elas vão receber. (Palmas.) Porque aí o BRB vai, sim, pensar duas vezes antes de dar isso, antes de comprometer a renda das pessoas.

Em 2015, entrei com uma ação coletiva, chamada de ação civil pública, para que o BRB não pudesse tirar mais do que 30%. O Tribunal de Justiça daqui reconheceu a abusividade do BRB e disse que não podia, mas, no STJ – Superior Tribunal de Justiça, isso foi suspenso e ainda há, em outro julgado... Não quero entrar com vocês no juridiquês, mas a gente não pode mais falar desses 30%. Isso caiu. Não existe mais isso.

Existe outra questão. Se você está inadimplente com a sua dívida, você pode, então, entrar com uma espécie de falência que se chama insolvência, mas não é possível ficar inadimplente com o BRB, porque o BRB tira o dinheiro da conta e sequer o cidadão pode pedir a insolvência. Os direitos que são garantidos na legislação não se aplicam ao BRB. O BRB tem algum título de nobreza dentro do Distrito Federal que ele faz o que nenhum outro banco faz. Ele tem uma prerrogativa que nenhum outro banco tem, quando ele deveria ser um banco social.

É terrível todos os dias ter os instrumentos da lei na minha mão e não poder aplicar isso para um banco e para uma pessoa que chega sempre endividada com esse banco.

Aí, o que eu tenho que dizer para um professor que está com 100% do salário dele comprometido? "Olhe, meu conselho para você – porque, na Justiça, não tenho grandes caminhos e a gente vai percorrer longos anos antes de conseguir qualquer coisa –, minha solução para você é a seguinte: peça licença não remunerada, vá trabalhar na rede privada para você poder receber por outro banco. Aí o BRB não vai poder tomar de você. Quando ele vier cobrar e você se tornar inadimplente, agora, sim, você pode pedir a insolvência, que é um direito que a lei lhe garante." Tenho que dizer para bombeiros, para policiais militares: peçam licença, vão trabalhar em outro lugar em que vocês possam receber por outro banco. Não há outra solução.

Deputado, clamo a esta Casa para que o erro cometido em 2008 seja restaurado e seja dada a liberdade a essas pessoas para escolherem o banco. (Palmas.) Só há um jeito de solucionar isso. Acabar com o § 4º e § 5º da Lei Orgânica. Isso significa o quê? É assim que me sinto quando falo a vocês hoje. Isso significa abolição. Eu me sinto como um abolicionista moderno.

Infelizmente, nos tempos de hoje, em pleno século XXI, a gente fala de pessoas sem salário. O que esta Casa pode fazer é exatamente isso. É seguir os passos de abolicionistas do passado, como William Wilberforce e outros que lideraram movimentos bonitos que acabaram com essa coisa horrível chamada de escravidão, e libertar os superendividados do Distrito Federal, dando-lhes efetivamente liberdade para escolha – o que a Constituição garante – e para salário, para que vocês tenham novamente o direito de escolher para onde vocês vão dirigi-lo e, na hora em que, a dívida se tornar inadimplente com o BRB, vocês poderem fazer uso de todos os instrumentos que a lei permite. Enquanto isso, o que teremos é tão somente uma situação de escravidão moderna.

Liberdade a eles, Deputado, é isso que eu peço.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado ao Sr. Defensor Público Antonio Carlos Fontes.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

Em seguida, será o Deputado Roosevelt Vilela e depois o Diretor do BRB, que tem muita coisa a falar e propostas a fazer.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todas e a todos; bem-vindos e bem-vindas.

Primeiro, quero parabenizar o Deputado Chico Vigilante por propor e iniciar este debate hoje. Na verdade, é um debate já estendido, um debate que acalora as nossas próprias vidas. Só quem está superendividado, só quem está tendo que cortar boa parte da sua renda para quitar a sua dívida e pagando altíssimos juros sabe o que isso significa. Então, Deputado Chico Vigilante, parabéns.

Quero saudar aqui todos da Mesa, nossa querida Professora Rosilene, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Roosevelt Vilela e demais colegas.

Existe já uma percepção de que sempre que eu vou falar do BRB vou fazer críticas severas ao BRB. Eu faço críticas não ao banco em si, até porque sou correntista do banco e acredito que ele é muito importante para Brasília. Defendo o BRB público, defendo o BRB indutor do desenvolvimento, defendo o BRB que fomenta a economia, mas não defendo práticas que sejam do BRB ou de qualquer outro banco quando prejudicam a população, prejudicam seus clientes, prejudicam o desenvolvimento da cidade. E essa situação dos juros exorbitantes, dos formatos, das metodologias de empréstimo consignado, assim como outros tipos de crédito não são favoráveis, não são aquilo que a gente quer, aquilo que a gente espera de um banco público, de um banco de desenvolvimento.

Isso não diz respeito só aos servidores. Claro que os servidores, na medida em que pegam crédito consignado, já estão automaticamente vinculados, têm uma relação diferente, mas isso se aplica a toda a sociedade.

A gente viu, ao longo desses últimos três anos e meio, especialmente durante o ciclo da pandemia mais severa, como que a gente sentiu faltado banco na situação de atendimento, no

amparo aos pequenos e microempresários, aos trabalhadores e trabalhadoras com dificuldade de pagarem seus salários, sejam do setor público ou do setor privado.

Aqui eu preciso firmar, antes tudo, a posição que tenho a respeito do papel do banco. O banco não tem que servir a qualquer outra coisa ou qualquer outra pessoa que não seja o povo do Distrito Federal. Ele não pode ceder a nenhum tipo de interesse privado, particular, seja de um representante público ou de qualquer outra figura, personalidade jurídica inclusive, que não tenha a ver com a indução do desenvolvimento da cidade. Então, quando o banco aplica metodologias de empréstimo que aumentam a desigualdade, que comprometem a renda das famílias, ele não está sendo o Banco de Brasília, mas está sendo o banco dos rentistas, o banco apenas do sistema financeiro. Ele está sendo o banco de alguns que lucram com essa perspectiva, com essa situação.

O que nós queremos é o BRB de Brasília, o Banco de Brasília. Queremos um banco do microcrédito, um banco que apoie os trabalhadores desta cidade, um banco que apoie aqueles e aquelas que estão investindo no Distrito Federal e não aquele que compra mansão, que é filho do presidente. A gente quer o BRB que apoie o DF. Queremos o BRB da nossa cidade. Esse banco não pode aprofundar a desigualdade, ele tem que reduzir desigualdade. Ele tem que ser um banco de fomento, um banco de desenvolvimento sustentável com base naquilo que a Constituição determina, porque ele é um banco público. Ele não é um banco de alguns.

Então, eu quero firmar essa posição e dizer que tanto em relação ao que vem acontecendo, e foi muito bem explicitado pelo defensor nessa relação de juros com os nossos servidores, fazendo com que muitos tenham que recorrer a certos caminhos... Este exemplo é muito emblemático: pedir uma licença não remunerada para tentar captar uma renda no setor privado e depois conseguir juridicamente se afastar dessa dívida. Isso é um absurdo. Esse tipo de situação é um absurdo.

Aqui quero reafirmar uma posição que não é só minha; eu sei que é do Deputado Chico Vigilante, é da Deputada Arlete Sampaio, é do nosso campo político. Nós queremos um BRB que sirva ao povo do Distrito Federal. Nós não queremos um BRB que sirva a outras coisas e a outras pessoas específicas. Nós queremos um BRB que sirva ao povo do Distrito Federal, que induza o desenvolvimento, ajude a reduzir a desigualdade, combata a pobreza, gere emprego e renda, fomente a nossa economia e não se beneficie do trabalho e das atividades social e produtivamente úteis que esta cidade realiza.

Eu queria deixar essa mensagem, Deputado Chico Vigilante e, mais uma vez, parabenizar V.Exa. por promover essa oportunidade, esse encontro de todas e todos nós. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Deputado Leandro Grass.

Passo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos aqui presentes. Quero cumprimentar, de forma muito especial, meu colega Deputado Chico Vigilante e já parabenizá-lo pela iniciativa. Realmente, é um tema que tem incomodado muito nossa cidade, nossos servidores em especial.

Cumprimento o representante do BRB, Diretor-Executivo, Sr. Dario Oswaldo – já estive com ele tratando exatamente desse assunto –; a Sra. Elieid Barbosa, Presidente da Cabs; o Dr. Antonio Cintra, meu grande amigo – vou falar muito sobre ele aqui –, Defensor Público e Chefe do Núcleo de Defesa do Consumidor; o Sr. André Nepomuceno, Diretor do Sindicato dos Bancários; e a Sra. Professora Rosilene. Boa tarde a todos vocês.

Meus amigos, eu sou bombeiro militar de carreira, servidor assim como vocês.

Deputada Arlete Sampaio, boa tarde; Deputado Leandro Grass, parabéns pela fala. Não acompanhei a fala da Deputada Arlete Sampaio, mas é sempre muito sensata, coerente e na defesa dos menos favorecidos, que é o nosso caso aqui.

Deputado, eu falo o nosso caso porque, como servidor público e bombeiro militar, estou nessa situação, como a grande maioria dos nossos servidores, enganchado no BRB.

Nesta legislatura – viu Dario? Vou fazer uma defesa –, vocês deram outra roupagem ao BRB. O BRB sempre foi um banco... É muito fácil empreender se o seu cliente já está escravizado a você.

Confesso que o BRB abriu um leque hoje no sentido do empreendedorismo, tem atacado outras áreas. O banco cresceu e tem dado lucros invejáveis, mas nós não podemos nos esquecer, Dario, de que o banco é estatal e de que ele tem um papel de desenvolvimento social da nossa sociedade. E esse papel passa por respeitar os servidores do Distrito Federal.

Posso abrir meu contracheque aqui, minha margem está toda consumida pelo BRB. Eu sei que essa é a realidade de quase 90% dos servidores do Distrito Federal. Falo pelos bombeiros, falo pelos policiais militares. Tenho certeza de que também na saúde, na educação, nas PPGG – Políticas Públicas e Gestão Governamental; enfim, todos os servidores do Distrito Federal já tiveram alguma experiência nesse sentido.

O BRB tem muita qualidade. Vamos ao BRB, conversamos com o gerente que se solidariza com a nossa dificuldade financeira e tenta nos ajudar. Essa é uma característica muito interessante do BRB e que a gente não vê em outros bancos, a exemplo do Banco do Brasil. No Banco do Brasil, você não vê mais ninguém, você não conversa com as pessoas. Está tudo digitalizado e isso é muito ruim. Mas isso não apaga esse papel de escravidão que o BRB vem exercendo hoje, Dr. Antonio Cintra, o que é muito ruim.

Eu vou relatar aqui algumas situações que vocês conhecem. Há o empréstimo consignado, que é aquele que vai no nosso contracheque. Por ele ser descontado no contracheque, o banco não tem o risco de perda. O risco é totalmente mitigado, porque já está no contracheque. E aí a taxa de juros é x. Ele tem 30% a 40% – mudou a legislação federal agora, Deputado Chico Vigilante, se não me engano, era de 30, mas acho que agora foi para 40. Não satisfeito com 40% do seu salário, ele abre a possibilidade de empréstimo em conta corrente. Qual é a diferença, de risco, do empréstimo consignado para o empréstimo em conta corrente, se é para o servidor e ele está escravizado e condenado a receber o salário pelo BRB? O risco é o mesmo: nenhum, mas a taxa não é! A taxa do consignado é x, mas a taxa do empréstimo em conta é x vezes dois. Aí, já começa, Dr. Antonio Cintra, a escravidão, a agiotagem, o abuso ao servidor. Começa por aí. (Palmas.)

Ninguém mais do que o BRB conhece a saúde financeira do servidor. Ele abre o computador e tem acesso a tudo. Ele sabe o quanto você deve no cartão de crédito, sabe quantos empréstimos você tem, sabe se você deve a prestação do carro. Ele entra no sistema do BACEN – Banco Central do Brasil e vê se sua prestação do carro está atrasada. Ele sabe da sua vida. Mesmo assim, ele compromete 90% ou até 100% do seu salário. Eu poderia pegar meu celular aqui e passar dois ou três áudios de bombeiros e policiais militares, servidores que me pediram cestas básicas porque eles não têm o que dar para os filhos.

Cadê o banco desenvolvimentista com caráter social? Não existe! “Mas, Deputado Roosevelt, o banco é gente boa!” O banco empresta porque é para o servidor!

Por que os bancos particulares Itaú, Bradesco não fazem da mesma forma? Porque você não está escravizado, ao receber eternamente o seu salário com eles! Para o banco particular, há risco, Deputada Arlete. Então, ele fala: “Eu vou respeitar os 30% e 40%! Nisso, eu tenho garantia. No resto, eu não tenho!” Mas o BRB tem!

No início dessa legislatura, eu apresentei um projeto que atende ao que o Dr. Antonio Cintra falou sobre alteração da Lei Orgânica de modo a permitir que todos nós pudéssemos escolher o banco de preferência.

O representante do BRB à época me procurou e falou assim: “Deputado, não há necessidade disso. O banco faz um trabalho fantástico. O banco tem isso, tem aquilo. A qualidade do nosso banco é tal, tal, tal.” Eu falei: “Concordo com tudo! Mais um motivo para alterarmos esse artigo da Lei Orgânica. Já que vocês são tão bons, isso não precisa ser obrigatório. Não é verdade? Nós vamos ficar no BRB.”

Deputada Arlete Sampaio, Deputado Leandro Grass e Deputado Chico Vigilante, não sei se V.Exas. vão se lembrar – vou tentar não me alongar –: nós aprovamos, às 10h da manhã, esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, da qual eu era membro; 2h da tarde, nós o aprovamos na comissão de alteração da Lei Orgânica, da qual eu era Presidente; 3h da tarde, o projeto estava na pauta. Entrou um batalhão aqui, neste plenário, e foi em cima dos Parlamentares. Demoveram os Parlamentares da base de governo, e nós não conseguimos aprovar o projeto, que, por ser projeto de alteração da Lei Orgânica, necessita de *quorum* privilegiado. São necessários 16

votos a favor, entre os 24 Parlamentares. Infelizmente, a base do governador aqui é grande e nós não conseguimos avançar.

Tive a sorte de ser procurado agora, há dois meses, pelo Dr. Antonio Cintra, Defensor Público, Chefe do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria. O Dr. Antonio relatou para mim o que ele vinha vivendo no dia a dia dele. Eu falei: "Doutor, eu tenho ciência dessas situações, mas eu não consigo ver uma solução para isso".

O Dr. Antonio Cintra, um especialista, apresentou-nos uma minuta de projeto de lei. Nós a acatamos e essa proposta tramita nesta Casa. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.886.

Esse projeto de lei, Deputado Chico Vigilante, não resolve 100% da situação, mas resolve 99%. Por quê? Porque ele estabelece, primeiro, o crédito responsável. Se o BRB sabe da nossa saúde financeira, ninguém mais do que ele tem de virar para o Subtenente Roosevelt e falar: "Roosevelt, se eu emprestar mais a você, como é que você vai comprar comida para casa?".

Esse projeto estabelece o crédito responsável, ou seja, se o BRB quiser emprestar acima da capacidade de endividamento do servidor, ele vai ter de assumir o risco. Em que sentido? O servidor faz o empréstimo, compromete 100% do salário dele. Depois de um ou dois meses, ele diz: "Não tenho condições de pagar!". Então, ele vai com os documentos ao banco e diz: "BRB, esse empréstimo que está sendo descontado da minha conta corrente não é consignado! Eu quero que seja suspenso imediatamente o desconto! Você me emprestou porque quis, pois você sabe da minha vida!" Esse projeto traz isso! Foi ideia do Dr. Antonio Cintra!

Esse projeto traz outra inovação, em tese desnecessária: se o servidor, o correntista chega à casa e entende que as cláusulas do empréstimo que ele fez são leoninas, ou seja, abusivas, ele pode conversar com um advogado, que dirá: "Vá ao banco e solicite a cópia do seu contrato para a gente entrar com uma ação judicial". O BRB se nega a fornecer o contrato.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Como é o nome do senhor?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Deixa eu falar uma coisa: cada um vai falar na sua vez!

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, professor e general, Deputado Chico Vigilante!

Eu estava falando da previsão de fornecimento do contrato, o que está no Código de Defesa do Consumidor e na lei federal. Só que não há punição! Na nossa lei há punição. Então, se no prazo de quinze dias for solicitada a cópia do seu contrato e não for fornecida, o banco vai pagar multa. Agora haverá punição.

Outra inovação do nosso contrato. Espantem-se! Quando você faz o empréstimo e sobram 100 reais da sua margem, depois de um tempo você volta e diz: "Meu Deus, estou precisando". O BRB fala: "Vamos fazer o seguinte: vamos quitar esse empréstimo antigo. Já que você pagou dez parcelas, eu quito esse empréstimo antigo seu, sobra uma margem, e eu consigo lhe dar um dinheiro." Não é assim que eles fazem? Por que eles fazem isso? Porque, quando você contratou lá atrás, há um ano, você contratou com uma taxa mais baixa.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vou conceder a V.Exa. mais um minuto.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Sim senhor, Presidente.

Ele faz uma renegociação, só que, no momento de agora, é uma taxa mais alta. Para piorar, o problema é o cálculo que será usado para calcular a quitação. Espantem-se! A legislação federal bancária estabelece que a quitação dos bancos é prevista no art. 52, do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece que, se há um empréstimo em trinta meses e foram pagos dez, pode-se quitar. O que tem de ser feito? Tem que se calcular como se fosse um novo empréstimo calculado em dez meses. E aí pode-se quitar. Mas, não, eles usam a Tabela Price, que é usada para financiamentos habitacionais. No nosso projeto de lei, deixamos claro que isso traz prejuízo para todos nós.

Outro problema, Dr. Antonio Cintra, que nós não visualizamos – peço ao Deputado Chico Vigilante, à Deputada Arlete Sampaio, ao Deputado Leandro Grass que apresentem uma emenda – é o seguro...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Um minuto para concluir mesmo.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – Seguro prestamista. No seguro prestamista, você vai fazer um empréstimo de 20 mil reais. Quando eles fazem o depósito na sua conta, o valor é de quanto? É de 18 ou 19 mil reais. Por quê? O seguro prestamista já é antecipado 100% dos 24 meses. Quando eu vou quitar o empréstimo – eu quitei na metade – o banco não devolve os doze meses do seguro. Está aqui na lei e falta complementar, para que, quando for quitado ou antecipado, o banco devolva o dinheiro do seguro prestamista também.

Esse projeto, Deputado Chico Vigilante, tramita na Casa. Deputada Arlete Sampaio, antes de V.Exa. sair, eu queria fazer uma proposta para os três Parlamentares aqui – parece-me que o Deputado Agaciel Maia também esteve aqui. Outros Parlamentares que souberem desta audiência, tenho certeza de que irão se solidarizar com isso.

Eu sugiro que façamos um documento à Mesa Diretora, ao nosso Presidente, para que esse projeto deixe de tramitar nas comissões e seja votado imediatamente. Que a gente vote as comissões aqui. Se a Deputada entender dessa forma e o Deputado Leandro Grass entender da mesma forma, bem como o Deputado Chico Vigilante, apresentem essa emenda do seguro prestamista, que nós apresentamos depois, Deputado Chico Vigilante. É importante falar também que o seguro prestamista, uma vez quitado, precisam ser devolvidos os meses que não foram abatidos.

Então, meus amigos, quero finalizar minha fala dizendo que eu me solidarizo com todos os senhores servidores. Nós compreendemos o problema e, infelizmente, não visualizamos uma forma de resolvê-lo. Mas, graças ao Deputado... Não é me promovendo, não... Mas defensor público tem mais relevância na sociedade do que nós Parlamentares. Dr. Cintra, o senhor trouxe essa ideia e tem o meu respeito, porque o senhor sentiu o quanto as pessoas vêm sofrendo.

Há uma outra questão também. Está previsto em lei federal... Vamos emendar isto também, Deputado Chico Vigilante.

Prometo que irei concluir.

Se o BRB emprestar, comprometendo 100% do seu salário, previsto em lei federal, posso requerer à área de pagamento do meu respectivo órgão o cancelamento....

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Conclua, Deputado.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PL. Sem revisão do orador.) – O cancelamento do desconto. Nós temos de fazer valer a lei federal. Uma vez com o salário comprometido, faço um requerimento e suspendo o desconto no meu contracheque. O BRB que vá acionar os órgãos de crédito, para que ele possa receber o seu salário.

Meus amigos, estou à disposição. Quero cumprimentar os colegas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar que estão aqui acompanhando, inclusive, pela *TV Câmara Distrital*, esse projeto, que é de muita relevância. Cito também todos os outros servidores dos diversos órgãos da ativa, os aposentados. Contem com a gente. Acho que a gente conseguirá, em um espaço muito curto, resolver esse problema.

Deputado Chico Vigilante, muito obrigado. Parabéns pela iniciativa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Pessoal, nós estamos discutindo hoje a situação dos superendividados e precisamos de propostas imediatas de como encaminhá-la.

Nós pretendemos, no futuro, fazer também um debate a respeito do papel do BRB, até porque há uma questão da qual as pessoas vão tomar conhecimento. Há um órgão hoje

extremamente dependente do BRB, que precisa do BRB e sem ele não sobrevive: é o IPREV/DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal. É o instituto dos aposentados do Governo do Distrito Federal. Por isso o cuidado e o carinho que eu tenho pelo BRB. Sem o BRB, não há Iprev. É por isso que a gente precisa do BRB cada vez mais forte. O BRB tem que ser cada vez mais forte para que a gente possa garantir a situação dos aposentados do Governo do Distrito Federal. A cada dia, a situação fica mais complexa. Mas esse é um debate futuro. Hoje, queremos discutir efetivamente a situação dos endividados que não estão recebendo nada e foram expostos aqui.

Vamos ouvir agora o Sr. Dario Oswaldo Garcia Júnior. Depois, vamos fazer uma rodada com as pessoas inscritas. Aí, o Dario voltará a falar.

Concedo a palavra ao Sr. Dario Oswaldo Garcia Júnior.

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço aqui o convite.

Eu já trato deste assunto, Deputado Chico Vigilante, há alguns anos, desde antes de 2008. É um assunto do qual a gente sempre trata na casa.

Na verdade, eu também sou servidor do banco, há 29 anos. Então tenho o maior o carinho por ele. E sou filho de professora aposentada da Secretaria de Educação. Conheço bem a realidade dos servidores. O meu pai, infelizmente, já faleceu e era servidor da Secretaria de Fazenda. Então, a gente sempre teve muito carinho por essas situações.

Quero dizer que o BRB foi o primeiro banco, nessa pandemia, a soltar uma campanha de apoio às pessoas. Soltamos, no dia seguinte ao que foi decretada a pandemia, o nosso primeiro programa, o Supera. Lembro que, nesse primeiro programa, a gente prorrogou operações e deu carências para que as pessoas, inclusive os servidores públicos, pudessem se adequar. Prorrogamos, e as pessoas ficaram por três meses sem pagar as suas parcelas.

Quero também dizer que o banco, por meio do seu instituto e preocupado com a área social, fez um hospital em Samambaia para apoiar as pessoas com Covid-19.

É claro que, quando estamos com essa situação aqui de pessoas com endividamento elevado, o BRB é visto de forma talvez não tão boa quanto gostaríamos.

Quero dizer que a gente atendeu, já neste ano, mais de 14 mil pessoas nessa situação. Mais de 11 mil pessoas conseguiram resolver sua situação financeira e reduzir suas parcelas. É claro que, enquanto houver uma pessoa nessa situação, o BRB tem que estar pronto para atender.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vou dizer o seguinte: as pessoas estão inscritas aqui. Em sessão que eu presido, as pessoas falam, e os outros ouvem.

Portanto, agora é a vez de o BRB falar. Nós vamos ouvir a voz do BRB. Depois, outras pessoas irão falar também. É assim que funciona. Não quero saber de Flamengo, de Vasco, de Fluminense. Quero saber dos superendividados aqui, hoje. (Palmas.)

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Então, Deputado, a gente estava conversando, mais cedo, sobre essa situação. O BRB tem todo interesse em atender a cada uma das pessoas, mas eu não consigo fazer uma solução para todo mundo, de forma igualitária. Por quê? Porque cada um tem uma situação. Existe gente que tem cartão de crédito, existe gente que não tem. Existe gente que tem crédito consignado, outros não têm. Então, o que o banco vem fazendo é prestar consultoria financeira para as pessoas e tentar adequar a vida delas.

No período de pandemia, ficou um pouco prejudicado o curso de educação financeira que o banco sempre promoveu, porque deixou de ser presencial. Era onde as pessoas tiravam dúvidas. Ficamos só *online*. Então, a gente está retomando o curso e vai reabri-lo na próxima semana. Não adianta eu simplesmente resolver a situação financeira da pessoa, momentaneamente, se na sequência ela não tiver outra forma de lidar com as suas finanças.

Até uma solicitação foi feita pelo Deputado Chico Vigilante. A gente vai reabrir, sim, um núcleo de atendimento separado para atender as pessoas que tiverem interesse e que, às vezes, não estão com a relação tão boa com o gerente porque já ficou desgastada. A gente sabe que isso

acontece. São pessoas, tanto o nosso gerente quanto a pessoa que está em situação difícil – para que possamos atender.

Então, em momento nenhum a gente quer que as pessoas se sintam mal pela situação em que estão. A gente quer buscar uma alternativa. A gente sempre quer buscar uma forma de que o banco as atenda para que elas tenham uma forma melhor de sobrevivência. Mas é claro que, se eu não trato da questão de como elas lidam com essas despesas, vou simplesmente enxugar gelo – como a gente fala lá no banco –, porque eu vou lá, resolvo a situação momentânea, a pessoa não ajusta a questão das suas despesas mensais e volta a ficar nessa situação.

Então, o banco sempre esteve à disposição. O Deputado Roosevelt Vilela falou sobre o prestamista. A gente devolve parcialmente quando há uma liquidação antecipada. Há uma série de itens que foram tratados de forma pontual, mas a gente atende a todos, a cada atendimento que é marcado.

A sugestão que trazemos é que haja um agendamento para que tenhamos tempo, até porque é ideal que tenhamos um tempo longo. A gente gasta mais de uma hora para atender um servidor nessa situação. Acho que a Elied sabe bem, ela acompanhou os nossos programas todos, inclusive ficando lá na nossa agência da 509, acompanhando uma série de associados. A gente retoma esse programa de educação financeira de forma presencial, abre o espaço novamente para o atendimento e vai buscar a melhor alternativa, buscando alongar as nossas operações, as operações dos nossos clientes e fazer um juro que seja adequado dentro da nossa realidade.

E aí, Deputado, eu estou à disposição para ouvir outras pessoas, e a gente vai tratando do tema.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dario, antes de passar a palavra para outras pessoas, em quanto tempo vocês conseguem remontar aquele núcleo de atendimento especializado para as pessoas não ficarem indo às agências?

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Até segunda-feira eu volto com o nosso núcleo lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Até segunda-feira você monta o núcleo?

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Monto, sim. Segunda-feira a gente retoma. Vamos colocar os gerentes que têm perfil para isso e retomamos o nosso núcleo lá na agência da 509.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Isso está bom para vocês, Elied?

SRA. ELIED BARBOSA – Na verdade, se mantiver a taxa de juros que tem hoje com o alongamento do prazo... Por exemplo, uma pessoa foi procurar a agência com uma dívida de 100 mil. Essa dívida foi para quase 200 mil, e a parcela diminuiu 100 ou 200 reais. Na última reunião que tive com o Dario, um pedido que eu fiz – você deve se lembrar – foi para que o BRB diminuísse o percentual de endividamento, porque o nosso salário não acompanhou. Hoje, para você ser considerado superendividado, você tem que ter acima de 58% de endividamento. Não é isso?

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Cinquenta e cinco.

SRA. ELIED BARBOSA – Cinquenta e cinco. E quem tem 40%, 45% já está numa situação...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está lascado do mesmo jeito.

SRA. ELIED BARBOSA – Não vai mudar porque a pessoa vai ficar com 30% ou 35% do salário e vai ficar pagando em 200 parcelas, em 180 parcelas, em 160 parcelas. Então, a ideia do Refis é a melhor até agora. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Vamos ouvir as pessoas inscritas aqui e depois voltamos ao assunto.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Alves, da Secretaria de Educação. Pode falar dali, Antônio Alves.

SR. ANTÔNIO ALVES – Boa tarde, pessoal.

Gente, é o seguinte: o BRB antigamente era o pai da gente e a mãe da gente. Hoje, eu me considero escravo do BRB. Já estou até com as minhas malas prontas para ir morar no jurídico do

BRB, devido à minha situação. A pessoa caiu doente, e eles não resolvem o problema da gente. Emprestam, emprestam, emprestam, colocam a gente no buraco. Quando a gente chega e conta a verdade, o que eles fazem? Simplesmente chutam a gente.

Ainda há mais outra coisa grave que eles falam – alguns gerentes, não todos. Eles dizem assim: “Pode procurar a Justiça, porque o BRB compra a Justiça”. Então, isso é ridículo.

Hoje em dia, num país como o nosso, democrático... Dizem que é democracia – entre aspas –, mas isso aqui nunca foi democracia. Só tem democracia neste País para quem tem dinheiro, para quem tem nome.

Nós aqui somos funcionários, nós servimos ao povo, mas, para eles, nós não somos nada, porque eles estão em cima da carne seca. Eles querem sugar o sangue da gente. São vampiros. Esse pessoal do BRB, hoje, eu os considero vampiros da sociedade, dos funcionários públicos.

Por quê? Eu não sei se vocês se lembram de uma reportagem que saiu – não lembro o ano nem a data dela. Eles estavam emprestando dinheiro para o pessoal do Mato Grosso do Sul a 1%, enquanto nós estávamos pegando empréstimo a 5,5%. (Palmas.)

Houve um rombo no BRB, um grupo do tempo do Governo Rollemberg desviou 800 mil do BRB. No entanto, nós estamos aqui passando fome.

Não estou generalizando, mas o que eu quero dizer a vocês é o seguinte: esse BRB hoje não é pai nem mãe, é vampiro. Suga a gente, suga os filhos da gente. Então, não adianta a pessoa vir aqui, com demagogia, para dizer que vai resolver o problema – entre aspas – e não resolver nada.

Hoje mesmo fui à gerência do meu banco, e ela falou que vou ficar sem salário, porque ele já está todo comprometido. Eu não vou ter 1 centavo de pagamento. Então, é um absurdo.

Pergunto: eu fiz esse empréstimo por vaidade? Não, foi por problema de saúde na família.

Um colega meu colocou o BRB na Justiça porque eles não o atenderam quando a mulher dele adoeceu de câncer. Eles falaram: “Não, doença, o BRB não tem nada a ver com isso”. Ele ganhou a questão. Só que há um problema: a Justiça é lenta para quem é pobre, mas, para quem é rico, ela é rápida. A Justiça, para quem é rico, é rápida; para quem é pobre, é igual a tartaruga.

Dizem que este País é um país democrático e que tem leis. Tem leis, sim, para os ricos!

Ainda há mais outra coisa que eu quero dizer a vocês: o BRB passa por dificuldade porque tem muito comilão lá dentro.

Ainda há mais outra coisa: há empresário caloteiro que pega dinheiro no BRB e não paga 1 centavo, enquanto nós estamos aqui pedindo, pelo amor de Deus, que eles nos honrem, pelo amor de Deus, porque não temos mais como realizar o sonho dos nossos filhos, porque tudo está empregado no nosso salário, sendo usurpado pelo BRB.

É isto, colegas e senhores, que vou dizer: eu estou de mala pronta para morar no BRB. Quem quiser me acompanhar, vamos lá ao jurídico. (Palmas.)

Eles são tão bons que criaram o jurídico lá do Banco Central, porque era fácil, não é? Porque você pagava, e o outro estava lá, botava lá no matagal.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Um minuto para concluir.

SR. ANTÔNIO ALVES – Então, colegas, é isto o que eu quero dizer: vamos marchar. Unidos venceremos. A nossa luta começa agora, a partir dessa colega que está aqui, a partir do Chico Vigilante, a partir dos Deputados que estão nos apoiando aqui. É isto o que eu quero dizer: garantam o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos por meio de uma luta que é de todos nós.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos ouvir agora o Cosme Gonçalves, que é servidor da educação, e, em seguida, a Josefa França, que também é servidora da educação.

SR. COSME GONÇALVES – Boa tarde, Parlamentares; Mesa; todos aqui presentes; pessoal da saúde, da educação e segurança; Elied, aqui presente também.

Eu quero dizer para todos vocês aqui que o BRB não é mais aquele brbzinho desse tamanhinho, não! Hoje o BRB é grande! Patrocina uma coisa, patrocina outra, e os servidores tudo com a corda no pescoço, tudo devendo ao BRB.

Eu não sei se o Sr. Presidente está sabendo que, quando nós vamos fazer um empréstimo no BRB, o próprio gerente diz: "Sr. Cosme, vamos renegociar o seu empréstimo aqui. Vai sobrar para o senhor 20 mil reais, mas só tem um porém: o senhor tem que fazer esse seguro de vida, o BRB CAP." O gerente mesmo insiste.

Agora, têm companheiros que ficam com medo de o crédito deles não ser aprovado. Aí vão e assinam, que nem o Bastos. E eu falei: "Bastos, não é obrigado a pessoa fazer o seguro, não". Não é obrigado. Certo?

E outra coisa também: o BRB hoje é forte por conta da saúde, da educação e da segurança. Se não fossem essas três áreas, o BRB estaria lá embaixo.

Agora, tem gente igual ao Ibaneis, por exemplo, que quer patrocinar clube tal, tem banco no Piauí, tem banco na Bahia, tem não sei onde. Aquele negócio dos precatórios, não pagam para a gente. Para onde vão os precatórios? Cadê o dinheiro? Não é nosso? Aqui tem companheiro que aposentou e nem pegou a licença-prêmio. Não pega. É obrigado. Não se aposentou? Por que não pega a licença-prêmio? Vai para o BRB e se parcela em não sei quantas vezes. Vai tudo para o BRB.

Eu, quando me aposentei em 2014, usei o meu todinho. Recebi 30 mil reais. E ainda houve discussões na secretaria, porque eu tinha sete e disseram que era só cinco. Aí empurraram com a barriga, e eu acabei perdendo. Isso é uma vergonha. Eu estou falando isso aqui. Eu estou descarregando aqui. Perdoem-me alguns colegas se estou falando algumas palavras errado. Mas eu estou nessa situação, Sr. Presidente.

Então, eu acho que ninguém é obrigado a fazer seguro. Tem companheiro aqui que disse: "Ah, Manoel, você quer renegociar aquele empréstimo seu. Vai sobrar 20 mil, mas você vai ter que fazer um seguro de BRB CAP, um seguro de vida, um seguro de residência." E o coitadinho vai e assina. Eu sei que lá embaixo tem uma cláusula desse tamanhinho que nem todo mundo vai ler. Antigamente, quando se fazia um empréstimo, o gerente dava o contrato. Hoje não dá mais.

Outra coisa também: nesse negócio dessa negociação, muitos servidores vão quebrar a cara. Vocês vão chamar de um a um. Se está em 120: "Olha, Sr. Cosme, olha, Manoel, olha, Sebastião, isso aqui que está em 120 vai para 144, mais de 40%. Então, se você pega 3 mil reais de empréstimo, vamos colocar uma taxa de 2 mil reais por mês, vamos colocar esses mil reais no seu salário para vir todos os meses, a partir dessa data, 3 mil, e vamos estender esses empréstimos para serem descontados 1.500 reais em 144 vezes." Eu ouvi conversas por aí de que vai chegar até 180 vezes. Vai ficar endividado a mesma coisa. Vai ficar com a corda no pescoço do mesmo jeito.

Então, (Ininteligível.) o BRB tem que chamar todo mundo para botar aquela taxa lá embaixo, e o número de parcelas, se estender, botar pelo menos para 100 ou 120 e devolver aquelas parcelas, aqueles juros abusivos – devolver para o correntista, para ele ver se conserta a vida dele.

Eu vou falar do BRB aqui, e você pode passar para o gerente. Eu vou falar qual é minha agência. No ano passado, que teve aquela margem, mais ou menos no mês de agosto, eu fui lá, e o meu gerente falou: "O senhor já está comprometido. Não tem mais jeito para o senhor." Mas o que é isso? Daí passaram quinze dias, e houve aquela margenzinha que vocês deram para fazer.

Aí ligaram para a casa da minha mãe. A minha mãe – que Deus levou; vai fazer dez meses que ela faleceu – disse: "Meu filho, o BRB te ligou agorinha". "Ué, não tem nem dez dias que eu fui ao BRB, e eles disseram que não podiam fazer nada." "Mas te ligou o gerente, mais cedo, foi uma mulher, uma gerente." Lá para as 4 e meia, quando eu cheguei do meu trabalho – porque eu mexo com pintura, faço os meus bicos –, outro gerente ligou. Um dia, eu fui lá. "Ah, Sr. Cosme, surgiu uma margenzinha para o senhor aqui." Não vou dizer que não fiz, porque eu fiz. Estava precisando.

E assim todo mundo faz. Quando está precisando, vai lá e é humilhado, mas, quando tem uma margenzinha, vai e liga. Ligaram para mim. Não vou botar à prova porque a minha mãe Deus já levou, senão eu podia até trazê-la aqui, para ela falar que foi verdade. De manhã foi o gerente, e à tarde foi a gerente.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Um minuto para você concluir.

SR. COSME GONÇALVES – Desculpem por minha palavra, se falei errado ou certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Você falou muito bem.

SR. COSME GONÇALVES – Obrigado a você e à Deputada Arlete Sampaio. Se Deus quiser, vamos ganhar isso aí, vencer. Agora, não pode colocar esses juros lá em cima. (Ininteligível.) com a libertação, aí o cara vai pagar de 500 contos somente. Na conta dele, vai vir 1.500. Com esses 144, vai ficar... Com quatro pessoas, vai virar uma coisa.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora a Josefa França, que é servidora da educação, e, em seguida, a Marilda Lima, que também é servidora da educação.

Houve a rodada de inscrições, as pessoas foram inscritas, e estão encerradas as inscrições.

Concedo a palavra à Josefa França.

SRA. JOSEFA FRANÇA – Boa tarde, colegas; Mesa; Sr. Promotor – senti-me muito contemplada na sua fala, parabéns –; Sr. Dario; Deputado Chico Vigilante, um prazer; nossa guerreira maravilhosa, Elied; e nobre... Desculpe-me, mas esqueci o seu nome.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. JOSEFA FRANÇA – Isso. Também muito contemplada com a sua fala.

Hoje, eu gostaria primeiramente de lembrar – uma colega me pediu encarecidamente que falasse isto – que amanhã entra o pagamento dos servidores públicos do GDF, e muitos colegas nossos vão estar sem salário, sem ter como alimentar os seus filhos e as pessoas que vivem com eles. Isso é muito sério! Isso é muito grave!

Já foi pautado aqui que nós, servidores públicos, estamos órfãos há oito anos, porque estamos, sim, sem aumento salarial, sem nenhuma política social importante que nos tire dessa condição de superendividamento.

Eu gostaria de agradecer. Inclusive, estive, junto com a Elied, em reunião com o nobre Deputado Chico Vigilante, quando levantamos a possibilidade dessa emenda do Refis. Não sei se vocês concordam, mas, para mim, na minha visão de servidora pública, é o que vai trazer o diferencial para nós, nesse momento.

Nós não somos piores que empresas. Nós não somos obras. Nós somos pessoas. Nós somos seres humanos e merecemos dignidade de ser humano. Se é dada a condição a empresas de terem lá para baixo juros e terem perspectiva de pagar as suas dívidas... Nós somos responsáveis. Nós queremos pagar as nossas dívidas, mas cabe ao banco oferecer crédito responsável também.

Infelizmente, isso não aconteceu na nossa vida, como servidores públicos. Digo isso com muita propriedade, porque, há um tempo, a nossa realidade era essa, pessoal? Não, não era essa! Era bem diferente. Quero pedir a vocês que nenhum de nós aqui se sinta culpado. De forma alguma. Não existe culpa. Existe uma perspectiva de país, de empobrecimento, de dívida pública, inclusive. E existe também uma ferocidade. Vivemos uma conjuntura extremamente desfavorável economicamente, politicamente, socialmente.

É terrível, porque eu ainda consigo chegar, ver e dar alguma coisa, muitas vezes, ao meu próximo que está passando fome. Ele está literalmente passando fome. Gente, nunca vi tanta gente pedindo na rua e dentro do supermercado! E pensar que isso está acontecendo com uma pessoa que trabalhou a vida inteira... Eu sou professora aposentada. Vocês estão entendendo? Aí, o que é que você pensa? Como aposentada, o que é que você quer? Você quer desfrutar, porque trabalhou a vida inteira. Não é isso?

Então, peço, encarecidamente, que vocês repensem. Inclusive esta Casa. A responsabilidade desta Casa com o servidor público é muito grande, é muito séria. Muito séria, mesmo! Quando falo em orfandade, não falo só do banco, não. Não falo só do sistema financeiro, não. Falo do sistema político também.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu vou lhe conceder mais um minuto.

SRA. JOSEFA FRANÇA – Muito obrigada.

Eu gostaria que tivéssemos essa visão, que realmente abraçássemos agora essa questão do Refis, que, a meu ver...

E também o que o promotor levantou, porque não quero ser escrava de banco. Inclusive – perdoem-me! –, não quero ter relacionamento com o BRB. Eu fiz portabilidade bancária, certo? Eu estou em um processo de repactuação, certo? Nunca, na minha vida, pensei que, aposentada, eu iria chegar a isso, mas cheguei. E o SICOOB – Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, que é outro banco, levou uma proposta para mim. O BRB não levou, e é o banco onde eu recebo. Estão entendendo?

Então, eu gostaria, meus caros colegas, que realmente levantássemos essa bandeira, ok? Vamos apoiar o Refis!

Muito obrigada. Boa tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, professora.

Concedo a palavra agora à Sra. Marilda Lima, servidora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

SRA. MARILDA LIMA – Boa tarde, colegas. Boa tarde à Mesa, em especial à Elied, que nos representa realmente e luta por nós. Ela é realmente uma pessoa que está do nosso lado. É importante isso.

Vou fazer um pequeno resumo, para vocês entenderem.

Sou professora e tenho 28 anos de Secretaria de Educação. Faltam mais ou menos nove meses para eu me aposentar. Em maio do ano que vem, se Deus quiser, devo estar me aposentando, se der tudo certo.

Sempre trabalhei com muita dedicação na minha profissão. Até hoje eu falo que tenho muito orgulho e gosto muito de ser professora. Sempre foi muito apertado, muito difícil, mas, em 2016, realmente a situação se agravou. Fiquei praticamente sem salário. Foi quando tive o prazer de conhecer a Elied, que estava lutando pela causa. Fui à comissão que ela convocou, participei do movimento e me juntei a ela, que até me convidou para fazer parte da diretoria, em que estou até hoje, tentando ajudá-la.

Na época, houve um acordo, uma negociação que foi muito boa para mim, realmente. Consegui até manter um salário para estar com minhas dívidas pessoais, e ficou uma coisa tranquila. Não fiquei nadando em dinheiro, mas realmente foi um alívio, em 2016.

Fiz o curso de educação financeira, que ajudou até em casa. Alguns pontos, eu melhorei com uma conversa. Fui tocando a minha vida com muita dificuldade, mas vivendo, ainda vivendo.

Tenho um filho autista. Sempre trabalhei com o ensino especial e comecei a fazer um trabalho direcionado com o meu filho e a perceber que eu poderia ajudá-lo mais do que eu imaginava. Foi quando comecei a estudar profundamente a questão do autismo especificamente. Comecei a me aprofundar realmente e a investir, gente, porque a Secretaria de Educação não oferece curso para isso, você tem que tirar do seu bolso. Mesmo com o salário apertado, comecei a investir no meu curso e a entender melhor o autismo, para ajudar meu filho e meus alunos. Fui estudando, apertando daqui e dali, fazendo a minha causa.

Em 2019, falei: “Eu quero conseguir ir bem fundo”. Comecei uma pós-graduação e comecei a me inscrever para fazer um mestrado para estudar Análise do Comportamento Aplicada, que é a ABA – Applied Behavior Analysis, uma terapia para atendimento de pessoas com dificuldades, inclusive autismo. É muito bom.

Eu comecei a estudar, e é um curso muito caro. Eu comecei a investir fundo nisso, porque comecei a ver resultados do meu filho em relação a isso. E aí, no ano passado, já engrenada mesmo no mestrado, eu acabei entrando de cabeça e comecei a pagar meu mestrado, que é pela

Universidade da Flórida, bem caro, mas consciente do que eu estava fazendo. E com isso eu falei: "Vou me apertar, mas vai valer a pena".

Só que, em janeiro, o meu esposo, que tem 56 anos, é terceirizado, foi demitido do trabalho. E eu, praticamente, com os meus estudos, meu marido sem emprego, fui pegando empréstimo daqui, dali, para o mestrado e para outras coisas, e fiquei totalmente sem salário.

Desde dezembro estou recebendo exatamente zero, zero do meu salário! Amanhã, o pagamento entra. Eu vou ter zero, zero na minha conta. Nada! E meu marido ficou desempregado. Eu, meu marido, meu filho autista – hoje com 14 anos – e minha filha adolescente – com 18 anos, fazendo o ensino médio. Quatro pessoas em uma casa, um apartamento financiado, um carro financiado e sem salário. O que eu tive que fazer?

Eu preciso viver. Meu filho não pode parar as terapias. Eu preciso dar continuidade aos meus estudos. Pega dinheiro emprestado dali, daqui, dali e dali, ninguém mais tem, a família não pode ajudar, pega com agiota – ou você pega ou não come. Você não tem muita opção. Não é uma escolha, ou você faz ou fica sem comer. E foi o que eu fiz: peguei com agiota daqui, dali, dali. Isso aconteceu.

E hoje estou eu aqui, mais uma vez, *big* endividada, *big*, hiper, ultra, megaendividada, com zero, zero de salário, marido desempregado, dois adolescentes dentro de casa e sem nada de salário. Aí vocês me veem assim com essa cabeleira, que eu amo, cabelo crespo e enorme, cheia de cabelo; se você levantar aqui, eu estou com calvície aqui na frente. Meu cabelo está simplesmente indo para o ralo. Eu não durmo, tenho insônias terríveis, tenho taquicardia, mas tento levar, porque eu preciso estar com a cabeça em pé.

Eu faço curso de formações com professores gratuitamente. Já fiz em Samambaia, no Recanto, no Guará e na Ceilândia. Eu formo professores para ensinar a lidar melhor com as crianças autistas, porque é uma causa que eu defendo. Continuo firme e forte na causa, mas matando um leão por dia.

Hoje...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Professora, eu vou lhe conceder mais cinco minutos. (Palmas.)

SRA. MARILDA LIMA – Então, gente, entra o pagamento hoje à noite, amanhã vai estar na conta só por falar. Eu tenho zero, zero, para entrar amanhã. Estou devendo a agiotas, meu marido quase depressivo, porque a gente fez as contas – gente, sem exagero, a gente fez as contas –, ele entregou, de janeiro para cá, ao todo, 28 currículos.

Ele é motorista profissional, trabalhou dez anos no tribunal como motorista de um juiz. Aí, na época, trocaram, quem tomava a frente era a Ipanema, não sei, e ele perdeu o emprego. Então, ele fez o curso de Pedagogia, porque, no meio dos meus estudos, ele me ajudou com algumas causas de alguns alunos autistas, que eram autistas graves, e precisavam de uma pessoa forte, e ele leva muito jeito, porque ele fazia muitas coisas com meu filho em casa. Então, eu falei: "Você leva jeito. Vamos investir nisso." Coloquei-o para fazer Pedagogia. Ele fez Pedagogia com 52 anos, foi há quatro anos. Fez o curso de Pedagogia, tem todo o jeito, 28 currículos entregues para tudo que você pensar. Ninguém o chamou.

Hoje, ele me chamou e falou assim: "Eu tenho certeza de que ninguém me chamou por conta da minha idade". Ele tem 56 anos e você olha assim, parece que ele tem 35, porque essa cor maravilhosa engana. Eu vou fazer 50, sei que eu também não pareço ter 50, pareço ter menos, não pareço? Então, engana, mas o currículo está lá. Ele tem 56 anos. Então, a gente sabe, tem consciência de que ninguém nunca o chamou, nem o conhece. "Ah, não, 56 anos, não dá conta de nada." Então, não chamam.

Hoje, a situação é exatamente essa. Estou contando a minha situação, que é um drama, porque é um drama, mas, como eu, são muitos aqui que estão nessa situação, com zero, zero de salário, com filho. Eu tenho uma amiga que também está aqui, mas não quer se manifestar; praticamente, ela está sobrevivendo, porque as filhas dela é que sustentam a casa, porque ela não tem. E ela fala: "É injusto para as minhas filhas. Elas estão começando a trabalhar, o dinheirinho

delas, mas o dinheirinho delas passa para mim, porque a gente precisa viver, pagando aluguel, com o carro caindo aos pedaços.”

E, hoje, o único bem que a gente tem quitado é um carro que deve valer 8 mil, sei lá, 7 mil, que é o carro que eu utilizo para levar o meu filho para a terapia, porque ele é enorme, tem 2 metros de altura, é grandão, mas ele anda devagar. Porque, além do autismo, ele tem uma deficiência intelectual também. Então, ele anda devagar. Eu utilizo para levá-lo à terapia, para conseguir movimentar com ele, e decidimos, hoje, que nós precisamos nos desfazer desse único carro que temos. Ou nós nos desfazemos do carro ou perdemos o nosso apartamento, que é financiado, e já está com três prestações atrasadas. Isso é deprimente!

O trabalho que eu faço em relação ao autismo eu tenho consciência de que, hoje, aqui em Brasília, com todas as formações que possuo, não tenho colegas que têm o mesmo currículo que eu tenho, que eu sei que é reconhecido. E sei que eu vou ter esse retorno em breve. Mas, enquanto o em breve não chega, é hoje que eu estou vivendo. E o hoje está insustentável. Amanhã o pagamento entra e amanhã eu tenho zero, zero na conta e vou escolher pegar ou com outro agiota de novo ou pedir para a família uma panelinha, porque não tenho nada. Isso é deprimente, porque não escolhi entrar nessa situação.

Inclusive, eu preciso ser muito sincera. Estive na comissão com a Elied, conversando com o Dario, que recebeu a gente muito bem. Eu não tenho do que falar, foi muito legal, mas a proposta que ele fez, hoje, praticamente foi a proposta que ele fez para a Elied. A Elied enviou vários nomes, e até onde eu sei parece que não chamou ninguém, ou chamou?

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. MARILDA LIMA – Pois é, e conseguiram alguma coisa?

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. MARILDA LIMA – Então, o que se está oferecendo a gente sabe que é a nossa realidade, que os juros estão muito altos, e que os juros que eu fiz, quando fiz, eram bem mais baixos, e os juros de agora são muito altos, então não vai dar certo.

Sinceramente, vamos colocar os pingos nos is: a proposta do Refis – que eu sei exatamente como é que funciona a coisa, o que precisa ser feito – era a nossa solução. A gente precisa ter o abatimento da dívida, a gente precisa ter um prazo maior, a gente precisa ter juros que se encaixem. (Palmas.) Porque hoje não é possível, simplesmente vamos negociar o quê? A gente sabe a situação do País. Os juros estão altíssimos.

Vamos chegar lá, vai ver a minha situação: “Não posso fazer nada por você”. Isso não vai adiantar, gente. Isso é lé com cré e não vai resolver. A gente precisa de coisa concreta.

E é assim, é viver de tentar alguma coisa. Eu estava vendo lá numa reportagem do *Metrópoles* que o Governador Ibaneis parece que negou, pois tinham algumas leis para serem aprovadas, e parece que dentro delas tinha a questão do aumento dos professores, e parece que foi sancionado hoje e que não vetou, isso não vai acontecer. Nada a nosso favor. Quantos anos sem aumento?

Eu vim aqui cheia de esperança no coração de que a gente saísse com alguma luz. Hoje é um túnel escuro, hoje é deprimente. Eu sou a professora mestre em educação, especialista em autismo, que ajuda a formar professores e outros colegas e outros pais, ajudo a muitos pais, e é vergonhosa a minha situação financeira, que eu não cavei. Eu sou vítima da situação, eu sou vítima do governo, eu sou vítima da atual situação financeira, eu sou vítima de tentar querer fazer o melhor pelo meu filho e por milhares de crianças que já ajudei, eu sou uma vítima do Estado e eu tenho consciência disso.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Pessoal que está assistindo a gente na *TV Câmara Distrital*, a Professora Marilda Lima, que é professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, endividou-se para se especializar e poder fazer o diagnóstico numa sala de aula de crianças autistas. Essa pessoa não tem o direito de viver a situação que está vivendo. (Palmas.)

Por isso é que eu fiz questão de deixá-la falar mais, para contar efetivamente. Ela não pegou dinheiro para ir tomar cerveja, muito embora ninguém seja proibido de tomar cerveja. Ela não pegou dinheiro para comprar carro novo. Nem sequer para comprar uma casa; ela continua pagando aluguel. Ela se especializou, e para isso foi o empréstimo, para diagnosticar outras crianças para, quem sabe, as mães não passarem pelo que ela passou no início.

Por isso, Dario, em questões como essa o banco não pode agir com a mesma regra para todo mundo. Não pode ser a mesma regra para todo mundo. Há de ter meios. Fico imaginando-a com a situação em que está: marido desempregado, filho autista, especializou-se, paga aluguel, o pagamento entra hoje, e não tem nada na conta! E ainda está devendo agiota. Agiota mata. Essa é a preocupação maior que a gente tem.

Portanto, Dario, tem mais uma pessoa que vai falar, mas a gente tem que pensar. A gente tem que pensar. Na rodada final, quando você vai falar, queria que você deixasse uma proposta, para que se trabalhe a partir de amanhã essa proposta – porque o Refis é uma luta que nós vamos travar, mas é uma luta de médio prazo. Nós precisamos resolver algumas coisas de imediato, que é a sobrevivência das pessoas. (Palmas.) De imediato. Tem coisas que serão a longo prazo, mas temos esses problemas que têm que ser resolvidos de imediato, como nós resolvemos no tempo em que... Hoje, eu posso falar, porque ela está bastante madura, está tranquila, mas, quando conheci a Elied, ela estava à beira do suicídio. Salvou-se. Salvou-se porque lhe foi dada a mão e o banco ajudou, na época. Portanto, é possível ajudar de novo.

Nós vamos ouvir agora a Steffania Cardoso Mendonça, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Subseção de Brasília. Acredito que é da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, não é, Steffania? Nossa advogada lá de Brasília. Você disporá de até cinco minutos.

SRA. STEFFANIA CARDOSO MENDONÇA – Boa tarde a todos aqui presentes.

Em especial, quero parabenizar a Câmara por esta iniciativa, na pessoa da Elied – já conheço o trabalho dela, é uma pessoa que realmente sabe o que vocês passam e, por isso, tem tido efetividade em seu trabalho.

Quero também parabenizar o defensor público aqui presente. Quero dizer que fui estagiária da defensoria – sou uma eterna defensora do trabalho –, que atende pessoas assim como vocês que estão aqui, porém com algumas restrições, porque o servidor, quando ganha acima de cinco salários mínimos, o que a maioria dos servidores superendividados ganha, a defensoria não pode atender. Muitas vezes, a gratuidade sequer chega até vocês.

Queria vir aqui para falar um pouquinho de como está sendo a judicialização disso. Essa situação só está aqui hoje por quê? Porque a gente não está conseguindo no Judiciário. E o Judiciário é pautado em quê? Em legislação. Então, queria também trazer a foco que, nesta semana, foi publicado um decreto, um decreto que veio para – desculpem a expressão – acabar com a legislação que era a esperança de muitos de vocês.

Tínhamos uma Lei do Superendividamento, que estamos trazendo para o Judiciário. É uma legislação nova, que ainda não tem um procedimento uniformizado. A gente tem que lidar com vários juízes, que têm vários tipos de entendimento, muitas vezes fora mesmo até do rito a ser aplicado. Então, a gente não consegue chegar à efetividade com a legislação.

Se já não fosse ruim essa situação, a gente tem um decreto que foi publicado por este governo, em que se determina que o mínimo existencial é 25% do salário mínimo – não é nem 25% do salário de vocês!

Digo aos senhores aqui presentes que... Desculpem, mas não sou cliente do BRB. Eu me recuso. Também não sou servidora pública, sou autônoma, e vejo, acompanho a situação de vocês. Tenho várias causas, atendo pessoas, assim como os senhores professores estiveram aqui falando, que estão realmente em desespero.

Sabe o que é 25% de um salário mínimo, Deputado Chico Vigilante? É 303 reais! Trezentos e três reais é metade do Auxílio Brasil! Metade de um valor que o próprio governo – que publicou o decreto – diz ser básico para uma família sobreviver.

Então quer dizer que vocês, servidores públicos, que trabalham para ter o próprio salário, estudaram para ter uma gratificação melhor, não têm direito sequer ao valor do Auxílio Brasil como

mínimo existencial?

Nós, operadores do Direito, estamos tomando providências nesse sentido, para que esse decreto não passe a vigorar. Olhem que ironia! Ele vai passar a vigorar em sessenta dias da publicação, no mês de setembro, mês de setembro! Setembro Amarelo!

Eu não posso falar com propriedade porque não sou especialista, mas a porta de entrada para muitos suicídios está na situação financeira. Foi falado aqui. Eu tenho clientes que estão à beira do suicídio, eu tenho clientes que estão à beira de pedir exoneração, eu tenho clientes para os quais a gente pediu insolvência, defensor. E o juiz fundamentou que existe uma legislação própria para isso, que é a Lei do Superendividamento, que hoje, infelizmente, está inviabilizada, não só porque o governo determinou como 303 reais; ele ainda coloca um parágrafo no qual o valor sequer pode ser atualizado de acordo com o salário mínimo, não tem reajuste. O reajuste é pelo conselho monetário, que vai precisar de mais uma nova...

(Soa a campainha.)

SRA. STEFFANIA CARDOSO MENDONÇA – Obrigada. Vai precisar de mais uma nova regulamentação. Mais uma vez a gente vai estacionar uma lei, uma lei que a gente entende ser extremamente inconstitucional. Ela inviabiliza uma lei federal. Este governo, por meio de decreto, está operando e legislando, acabando com uma lei que foi sancionada, que foi aprovada pelo Legislativo.

Então, a gente não pode, não pode... Vocês estão aqui não só em prol da causa de vocês, mas da de uma série de servidores públicos que estão sem salário. A gente não está hoje aqui falando de pessoas com 30%, 40%, a gente está falando de pessoas com 100%, 110% do salário comprometido, e comprometido principalmente pelo banco BRB, porque o BRB mantém o monopólio.

Eu não sei o que acontece, mas a gente...

(Soa a campainha.)

SRA. STEFFANIA CARDOSO MENDONÇA – Só mais um minuto para eu concluir, por favor.

A gente fica preso porque o Judiciário não alcança o BRB. A gente fala de mínimo existencial, a gente fala de princípio da dignidade da pessoa humana... A gente não pode confundir mínimo existencial com miséria. Não! Vocês não são miseráveis! Vocês têm o direito a moradia, vocês têm o direito a lazer, vocês têm o direito de se alimentar.

É isso que esse novo decreto está dizendo, porque ele tira, inclusive... Quando a gente faz o cálculo de quanto seria o mínimo existencial, o Judiciário sequer tem levado em consideração o fato das verbas indenizatórias. Ele coloca ali auxílio-transporte, ele coloca ali, às vezes, uma alimentação dentro da remuneração! Então, ele vai tirar inclusive o direito de a pessoa ir trabalhar. Ele vai tirar inclusive o direito de a pessoa se alimentar durante o trabalho. É isso que esse decreto vem dizendo.

Então, eu peço, por gentileza, a esta Casa: tomem como estudo também esse decreto, que vem inviabilizar inclusive o nosso trabalho como advogados perante o Judiciário.

Eu agradeço desde já, inclusive pela extensão do prazo, do tempo, e com muita esperança de que essa situação possa ser resolvida com muito estudo, porque eu tenho certeza de que vocês não pegaram aqui 100 mil, 200 mil reais no banco. Vocês estão sob a Tabela Price, sendo usurpados do direito de vocês.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Dra. Steffania. A sua fala leva a gente a acreditar que este País ainda tem jeito porque você é uma jovem, autônoma, que tirou a sua tarde para vir aqui e dar o recado que você deu a nós. Isso anima a gente a continuar lutando neste País.

Muito obrigado. (Palmas.)

Concedo a palavra ao último inscrito, Sr. Ronnie Von Baptista Ferreira, funcionário da administração escolar. Hoje só deu educação.

SR. RONNIE VON BAPTISTA FERREIRA – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, Deputado Chico Vigilante, Sr. Presidente do BRB, Sr. Promotor, e Mesa.

Eu venho aqui para dar um relato rapidamente. Primeiro, quero parabenizar o BRB também porque, depois de muito tempo, a gente foi a Caldas Novas e hoje eu fui à Bahia. Lá abriu um BRB que serviu a gente.

Hoje a minha agência é no Jardim Botânico. Eu fui ao gerente para renegociar as minhas dívidas e levei vinte dias. Fui lá todos os dias, humilhei-me para o gerente para ver se conseguia renegociar. Com certeza, consegui renegociar.

Vim aqui dizer ao Presidente do BRB que nós – sou dirigente do sindicato, Presidente do SAE – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal, e servidor da Secretaria de Educação, na área da vigilância –, eu e mais dois companheiros do SAE, temos recebido várias ligações no sindicato. O pessoal estava ligando para nós dizendo que amanhã seriam acrescentados na folha 40% de margem para os servidores. Nós dissemos: “Não, eu acho que isso não é verdade”. Porque o nosso Deputado Chico Vigilante fez essa convocação na semana passada, para falar desse negócio do BRB. Os superendividados foram chamados. O pessoal ficou esperançoso com isso.

Presidente do BRB, é o seguinte: lá no sindicato, os servidores pedem para entrar com ação contra o BRB. E nós do SAE ainda os orientamos a não fazerem isso porque é uma situação que não é legal: todo mundo entrar com ação contra o BRB. Nós estamos tentando fazer isso para não entrarem. Nós entramos com várias ações e temos várias ações contra o BRB. Umas dão certo, outras não dão certo.

Eu parabenizo todo mundo e, principalmente, a sua fala e a do Deputado Agaciel Maia. Eu quero só fazer um relato aqui, rapidamente, de que, no sindicato, temos vários servidores que estão passando por necessidade igualzinho à companheira superendividada que veio aqui falar.

Nós do sindicato, todos os dias, estamos ajudando o servidor com cesta básica, com pagamento de conta de luz e de água. Há servidor que não está tendo condições nem de pegar um ônibus para trabalhar, como foi dito aqui. Nós estamos agora lutando para que isso não venha a acontecer. Por quê? Hoje, o nosso companheiro João Martins, que é do sindicato, estava falando disso. Presidente do BRB, nós que temos uma dívida com o BRB, se já pagamos 50% da dívida, por que não se pode abater isso aí? Nós já pagamos 50%, já foi praticamente tudo de juros que o BRB já cobrou. Foi feito um relato aqui até pelo nosso companheiro famoso do BRB do Gama, pois ele tocou fogo. Ele já falou que nós temos que nos mobilizar e fazer uma grande campanha para ajudar o BRB também a diminuir os juros que estão muito altos.

Hoje eu estava vendo no jornal que eles estavam fazendo empréstimo para quem ganha auxílio de 600 reais. Isso vai endividar o cabra muito mais ainda. Se ele já está ali se humilhando para ganhar 600 reais e fizer um empréstimo, ocupando sua renda em 300 reais ou 200 reais, ele vai pagar como esse empréstimo? Vai se endividar muito mais. Rapidamente, daqui a dois, três, quatro meses, acabam esses 600 reais. A dívida do empréstimo vai permanecer, e ele já não tem emprego, está vivendo daquilo.

Gente, vamos ajudar os nossos companheiros que estão precisando de cesta básica, disso e daquilo. Vamos dar uma força. Vamos ajudar o pessoal.

Valeu, gente! É só isso o que eu tenho que falar.

Muito obrigado a todos. Eu fui contemplado pela fala de vocês.

Valeu! Obrigado! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Muito obrigado, Ronnie.

Vamos agora para a rodada final das falas. Talvez a fala mais aguardada, ao final, seja a fala do Dario, mas vamos começar pelo André.

Concedo a palavra ao Sr. André Nepomuceno para as considerações finais.

SR. ANDRÉ NEPOMUCENO – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu queria fazer apenas um registro. Estou representando o Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, o companheiro Kleyton Moraes, que, por compromisso de diretoria, está até distante daqui e não pôde estar presente.

O que eu tenho a colocar? Que nós somos solidários, como trabalhadores bancários, à questão do superendividamento – os trabalhadores e as trabalhadoras bancários e bancárias –, até porque não vou contar para vocês que a situação limite para cada pessoa é para cada pessoa. Por exemplo, na categoria bancária, nós também, infelizmente, temos casos, e até o caso extremo do suicídio. Há muitos casos de adoecimento. É uma categoria que vive sob pressão.

Eu, como sindicato, queria que vocês me permitissem dizer que, muitas vezes, aqui se referem aos gerentes, ao funcionário ou à funcionária de balcão. Acho que 99% deles procuram se esforçar ao máximo para o atendimento de excelência. Eu, como funcionário do banco que teve oportunidade de conhecer muitas situações – tive 36 anos de banco –, sei que a grande maioria trabalha para atender bem e atende bem.

O banco tem 55 anos de idade no DF. Ele é uma instituição, a nosso ver, sólida, tem serviços prestados ao Distrito Federal e à população, mas, como eu disse, ocorrem casos na categoria bancária, que é uma categoria que tem mais dificuldade de se endividar, porque é muito vigiada. O bancário, se ele se endividar no próprio banco, é demitido, mas isso não quer dizer que ele não tenha extremas dificuldades financeiras. Às vezes, ele se endivida de modo oblíquo.

A situação que eu queria repetir, e sei que vocês sabem disso, já foi dita aqui muitas vezes, é geral. Eu acho que a gente tem que ter esse olhar. É geral, porque a insegurança no País, a agitação política no País levam o preço do País a ficar mais caro, a dívida pública financeira a ficar mais cara, e essa cachoeira de juros vem descendo de cima para baixo. Acho que esse é o primeiro recorte. O sistema financeiro realmente abusa disso. O sistema financeiro vive de juros, ele é vampirizador.

Outra questão – já foi dito aqui – é a salarial. Acho que todo mundo aqui está em consenso de que é o atual governo – apesar de ter concedido um reajuste parcial sem retroatividade, que era para ter sido pago em 2015 – que está afundando também o funcionalismo em dívida. Há uma responsabilidade, a meu ver, direta. Essas duas questões são mais, digamos, por fora.

Agora, para chegar ao meu ponto final, Deputado Chico Vigilante, eu queria discordar, democraticamente. Tenho o maior respeito pelas instituições públicas, aquelas que trabalham para o povo de modo gratuito. Acho que a Justiça do Brasil tinha que ser muito mais célere.

Vejo aqui, no documento produzido pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que uma parte relevante de vocês conseguiu na Justiça, individual ou coletivamente, o pagamento de salários atrasados. Acho que esse é um viés também – podem até perguntar para quem tem atividade jurídica –: o pagamento de salários atrasados muitas vezes com precatório. O precatório já é um problema do governo, que, muitas vezes, não paga o precatório. Eu acho que esse é um aspecto importante.

Nós queríamos acordar o seguinte. Eu não vejo, por exemplo, um serviço público privatizado, não vejo que melhoraria. Não vejo um órgão de defesa do consumidor público, um órgão de defesa dos casos gritantes, da saúde, privatizado. Eu acho que não tem sentido, por isso nós defendemos um banco público. Agora, o banco público não é isento. Ele faz muita coisa boa, e eu acho que é um banco que esta Casa pode, por exemplo, ter muito mais proximidade para cobrar. Inclusive, como o diretor executivo do banco, Dario, colocou, ele se comprometeu a levar, segunda-feira, essa questão.

Eu espero que o banco, instigado por seu atual representante e acionista majoritário, o Governador Ibaneis, ofereça condições especiais, porque eu creio que...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Conclua, André.

SR. ANDRÉ NEPOMUCENO – Por ser exatamente um banco público, a nosso ver, há mais condições de ser buscada uma solução.

Pela minha experiência de bancário, no banco privado, não tem essa conversa. Não concordo que sejam os bancos privados. Pelo contrário. Eles estão no Banco Central, e é o Banco Central que faz essa política de juros. Eu não creio que seja por aí. É a minha opinião.

Agora, eu creio que o foco... Eu estava falando com a Elied da minha responsabilidade. Eu acho que o foco são os casos agudos e como trabalhar para uma solução que seja mediada também por esta Casa. Essa é uma questão que envolve técnica, envolve condição excepcional, envolve a

interveniência da Câmara – aqui provocada com muita pertinência pelo Deputado Chico Vigilante –, e envolve a participação de vocês, a militância de vocês, o engajamento de vocês com tanta qualidade.

Na minha opinião, sou solidário a que se busque resolver ao máximo essa questão do foco no endividamento, e começando dos mais graves para uma situação mais geral.

É isso.

E quero dizer que eu discordo... Hoje já é facultado ter a portabilidade, como é facultada a transferência de dívidas. Eu não quero entrar na questão técnica, mas quero dizer para vocês que não é dos bancários e das bancárias. Eles obedecem às diretrizes e muitas vezes obedecem à legislação que, como foi dito aqui até por pessoas do operador jurídico, é uma legislação muito rigorosa.

Então, eu creio que tem que se fazer essa equação e, com a presença de vocês, com a presença da Elied aqui, ela fica mais focada, realmente, nos esforços de se estabelecer a resolução de baixo para cima: primeiro os casos mais graves, porque, realmente, as pessoas ficarem sem renda é inadmissível.

Obrigado a vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Obrigado, André.

Passo a palavra à Sra. Elied, por cinco minutos.

SRA. ELIED BARBOSA – Em primeiro lugar, eu quero falar... Acho que foi o Ronnie que falou sobre... Compreendo a boa intenção, mas nós não queremos cesta básica. Nós precisamos dos nossos salários, nós somos trabalhadores. E a cesta básica, com todo respeito, não nos traria nenhum benefício de verdade. (Palmas.)

Outra coisa é sobre a questão da Justiça. Se a lei nos faculta, nós temos que usar, mesmo. Com certeza.

Sugestões que eu tenho para o Dario: o provisionamento na conta. Hoje eu estou com associados – e sei, porque eles me mandam os extratos; eu tenho aqui e até os mandei para você – com provisionamento de 8 mil, 9 mil. O salário sai com 5 mil, e a pessoa vai ficar sem salário e devendo, como eu fiquei em 2008, Deputado Chico Vigilante.

A minha proposta é: o gerente da conta vai saber que aquele cliente vai ficar nessa situação; antes que isso aconteça, ele pode ser chamado para negociar e não permitir que chegue a esse ponto, a essa situação. Se o gerente da minha conta sabe ou eu já sei – “Olha, eu estou devendo. Eu sei que o meu pagamento vai sair e vai ficar aqui.” –, aí, a gente vai chegar à agência, e ele diz: “Não, eu não posso fazer nada”. E a pessoa vai continuar sem salário.

Esta é uma proposta: antes de provisionar, buscar a negociação do débito antes do pagamento. O BRB pode fazer uma renegociação sem juros, como manda a Lei do Superendividamento, ou com uma taxa menor de juros – sem juros eu acredito que não.

Quando a gente agendou aquela reunião, eu havia comentado com você que a gente poderia fazer uma negociação extrajudicial porque as demandas judiciais estão muito grandes. Depois veio esse decreto, que é desanimador, mas ele não significa absolutamente que vai ser essa a decisão do juiz diante das situações que são colocadas da falta de salário. Então, a proposta é que essa renegociação seja de quitação dentro de uma taxa de juros viável. O REFIN – Refinanciamento de Empréstimo com a taxa de juros ofertada aos empresários também é uma proposta.

Sobre a questão que eu falei com você naquela reunião e que eu já falei no início, mas vou falar aqui novamente, é que, quando a gente vai renegociar, tem que ser 58%, mas isso tem que diminuir, diante da situação que a gente vive atualmente. Eu só posso renegociar quando eu tenho 55% de endividamento e vou chegar à situação de ficar sem salário. E, quando for renegociar, vou continuar com 35% do salário e não vai resolver. Se esse Refis ou a renegociação acontecer, que também possa atingir – além de se fazer um estudo sobre isso – aqueles que fizeram o Avanço DF e que ficaram com 25% do salário. Essas pessoas estão sem salário. Mesmo tendo feito a renegociação recente, 25%, 30% do salário, elas estão sem salário.

Um grupo de trabalho é uma sugestão também, porque eu imaginei hoje que a gente chegaria aqui e veria um representante do governo. Ele não demonstrou interesse em estar aqui.

Ninguém do governo demonstrou interesse em estar numa discussão tão importante. (Palmas.)

Eu tenho aqui um abaixo-assinado que fiz com mais de mil assinaturas exigindo do governador um posicionamento, que ele seja um avalista, porque ele é o maior acionista do banco e o nosso patrão. Ele está deixando o servidor que atende o público do Distrito Federal à míngua. Isso é responsabilidade do governo. Ele tem que tomar um posicionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Elied, eu chamei aqui o secretário de assuntos institucionais do Governo do Distrito Federal, o Maurício, que está ali ao fundo. Ao final da sessão nós vamos entregar-lhe o abaixo-assinado para ele levar para o Governador Ibaneis. (Palmas.)

SRA. ELIED BARBOSA – Ótimo.

As Resoluções nºs 3.965 e 4.790 do Banco Central dizem que o cliente tem o direito de entregar uma carta de próprio punho ou não, dizendo que não quer que seja debitado da conta dele o cartão, o empréstimo etc. Poucos gerentes estão recebendo. A gente tem feito o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, a ouvidoria, eu tenho orientado os associados, justamente por quê? Eu não quero pagar a dívida? Não, eu quero pagar.

(Soa a campainha.)

SRA. ELIED BARBOSA – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Eu quero pagar a minha dívida, eu sei que preciso pagar. O BRB tem o direito de me acionar na Justiça e bloquear a minha conta na Justiça. Isso pode acontecer. Mas eu quero ter o direito de, naquele mês, caso tenha um problema de saúde, poder comprar um remédio, como todo mundo pode escolher o boleto que vai pagar. No mês seguinte eu pago com juros. É uma escolha. Eu quero ter essa escolha. Eu quero sair dessa escravidão que o promotor mencionou. Isso me tira da escravidão um pouco e me dá a liberdade de escolher o que vou pagar.

A educação financeira, que é fundamental e importantíssima, todos nós precisamos dela.

A suspensão do provisionamento: diante do pagamento que está saindo amanhã e do fato de que as pessoas vão ficar sem ele, se possível – se for possível, vai ser muito bom –, que seja devolvida uma parte daquilo que o banco provisionou para que a pessoa possa sobreviver até que sejam decididas essas questões e como vai se dar a renegociação.

É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Nós vamos ouvir agora o Sr. Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor, Antonio Carlos Fontes Cintra, por cinco minutos.

SR. ANTONIO CARLOS FONTES CINTRA – Obrigado, Deputado, vou ser breve, eu sei que está todo mundo cansado.

Eu queria dizer, Elied, que eu não tenho esperança de que essas propostas possam ir para frente. Nenhuma delas.

O capital tem a sua lógica. Conversei aqui com o Dario, que é uma pessoa supersensata. Já trocamos cartão. Eu tenho interesse de a gente se aproximar e tentar resolver algumas soluções, mas eu sei que, por mais que ele se esforce e queira, ele não vai mover a ordem e a lógica do capital.

O BRB teve um lucro de mais de 600 milhões de reais no ano passado. Ele tem lucro em cima dessa situação que a gente está discutindo hoje. Não vai abrir mão desse lucro. Não é assim que funciona. Só há um modo de dar solução para esse superendividamento: por meio desta Casa. É por meio de lei, porque lei obriga. Boa vontade não existe no capital. Não existem filantropos no meio dos bancos. Não existem solidários. Não existem pessoas que ficam com dó. Existe a lógica do capital. E ela implica lucro. É esta Casa que pode mudar.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para isso. Esse seu abaixo-assinado é importantíssimo. Leia o PL nº 2.886, que eu trouxe para o Deputado Roosevelt Vilela. Veja as soluções propostas ali.

Eu não tenho esperança também, do ponto de vista político desta Casa, de que se retire do BRB essa prerrogativa dos salários. Eu sei disso, não sou inocente politicamente. Eu sei que isso não vai passar aqui, mas outras coisas podem passar. Eu não propus aquilo no projeto, porque sei que não passa. Mas as coisas que eu propus acho que dá para passarmos. A gente precisa trabalhar com os Deputados desta Casa para que isso seja por meio de lei. Para boa vontade e proposta não há esperança. Há muito tempo já tenho essas conversas. Eu já aprendi a lógica do capital. Sejam, aqui, bem diretos. É esta Casa que pode mudar, por meio da conversa com os Deputados para que isso seja feito por meio de lei.

Mais uma vez, eu agradeço ao Deputado Chico Vigilante, porque nos chamou para esta conversa. E clamo, Deputado: capitaneie essas iniciativas. É por meio de lei. É com vocês. Vocês podem mudar essa situação.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Antes de passar a palavra para o Dario, eu tenho uma mensagem do Deputado Fábio Felix:

“Infelizmente, em razão de agenda prévia, que acabou se alongando, não foi possível comparecer a essa comissão. De qualquer forma, faço questão de registrar a minha solidariedade com todas as pessoas que se encontram na situação de superendividamento. É preciso que o Poder Público reconheça a responsabilidade que tem pelo grave empobrecimento da população, que está na raiz desse problema.”

Dario, esta comissão geral de hoje, eu sei que ela despertou uma grande preocupação no Banco de Brasília, porque, como todos nós sabemos – eu preciso dizer isto –, banco vive de confiança. Se você não confia no banco, ele quebra. É assim que funciona o sistema.

Eu sou um defensor do Banco de Brasília e vou continuar defendendo-o, pela situação estratégica que ele tem para o desenvolvimento do Distrito Federal. Eu não quero que o lucro gerado aqui vá para outros cantos do Brasil. Mas é preciso que o Banco de Brasília também, dentro das normas existentes, não deixe acontecer o que está acontecendo com essas pessoas.

Eu sei de situação, Dario, de gente que nem estava superendividada, mas estourou o cartão de crédito. Aí, é bom que se diga... Desafio quem é que lê o contrato na hora em que vai assinar. Não lê. Eu não leio. Ninguém lê. E há uma cláusula, lá, dizendo que o banco pode vasculhar as contas da gente e pegar dinheiro onde tiver, não é isso? Está lá no contrato. O banco pode entrar, por meio do seu CPF – Cadastro da Pessoa Física, em qualquer conta que tiver, capturar o dinheiro no dia em que entra seu pagamento, e você fica sem nada. Você fica à beira de um ataque de nervos ou tendo um ataque.

Portanto, Dario, a situação é grave. É grave, porque houve o empobrecimento do nosso povo. É grave, porque os servidores estão há sete anos sem reajuste salarial. Se tivessem reajustado o salário durante esses sete anos, eles não estariam vivendo esse problema. (Palmas.) Não estariam.

É que as pessoas estão compensando a perda salarial que houve, que, em alguns casos, chega à metade do seu poder de compra, com os empréstimos. Aí, você entra no cartão especial, entra na conta consignada e vai indo. Aí, você entra em um mundo em que não há mais retorno.

Portanto, ou o BRB entra nisso aqui e ajuda a resolver, ou vai morrer a galinha dos ovos de ouro, que são os servidores.

Fico olhando, quando a pessoa está... Por que há aqueles feirões da SERASA – Serviços de Assessoria S.A.? No entanto, o feirão da Serasa só há depois que a pessoa está quase morta. Portanto, o que queremos, Dario, aqui, é que, em vez de feirão da Serasa daqui a cinco anos, encontremos saída imediata; agora, dentro das normas. É possível encontrar dentro das normas.

Portanto, eu te proponho aqui que seja constituído imediatamente esse núcleo de negociação. E aí é pegar caso a caso mesmo, mas tem que ser urgente, porque, assim como o caso daquela professora, deve haver mais um bocado desse jeito, não tem como esperar.

Imagina cá comigo: como é que uma pessoa tem condição de dar aula em uma sala de aula com a cabeça como a dela está? Como é que uma enfermeira tem condição de atender a um paciente dentro de um hospital estando na situação em que está? (Palmas.) Como é que tem? Está lá aplicando injeção, aplicando medicamento e tudo, aí, depois, quando erra, cacete em cima dela;

mas não perguntaram anteriormente como é que estava a vida financeira dela. (Palmas.) Portanto, é uma questão de humanidade.

Por isso, antes de passar a palavra para ti, estou fazendo esse apelo. A questão do Refis, da qual já venho falando aqui há bastante tempo, juntamente com o Deputado Agacieli Maia, demora. É uma luta que estamos travando, mas demora.

Portanto, temos que salvar a vida das pessoas imediatamente para que elas continuem respirando, para que elas continuem existindo. Vamos encaminhar o abaixo-assinado e vamos pressionar o governo. Agora, preciso, Dario, que amanhã, se não der tempo hoje, vocês comecem a chamar essas pessoas. Não dá para elas continuarem indo à agência delas com o gerente, porque o gerente tem meta e ele tem que cumprir a meta. Se ele não cumprir, ele é descomissionado.

Não se pode ficar fazendo meta em cima dessas pessoas, que não têm mais nem o que comer. Como é que você vai fazer meta em cima das pessoas que não têm o que comer? É desumano!

Portanto, quero continuar defendendo o BRB e vou continuar defendendo-o, porque, sem o BRB, o Iprev não existe. Depois, vamos fazer um debate mostrando isso, mas quero que vocês nos ajudem a continuar defendendo o BRB aqui. Para me ajudar a continuar defendendo o BRB aqui, a gente precisa dar uma resposta a essas pessoas que estão aqui, e que representam milhares.

Há o exemplo da Elied, que me procurou em 2008. Eu abri a sessão dizendo que ela tinha me procurado, estava desesperada e depois me ligou da praia de Guarapari, porque aquela conversa, aquela luta com o BRB mudou a vida dela. Se o banco não tivesse agido imediatamente, acredito que a Elied, em vez de ter ido para Guarapari, talvez tivesse ido para o Campo da Esperança, dado o desespero em que ela estava.

Portanto, vamos impedir, vamos fazer com que essas pessoas, no final do ano, tenham como comemorar, comer um franguinho, um peruzinho, tomar um vinhozinho. É possível fazer isso. Se o Banco de Brasília quiser ajudar, pode ajudar. O Paulo Henrique junto com você, Elied, que são diretoria competente, podem ajudar.

Eu não sou contra a expansão que o banco está fazendo, eu sou a favor. Quero vê-lo maior. Pode ir para Bahia disputar mercado, para o Piauí. Parece-me que está abrindo uma agência até em Nova Iorque. Que ele cresça cada vez mais. Quero um banco forte, mas eu não quero um banco forte em cima de pessoas morrendo de fome. Eu quero um banco forte e que as pessoas sintam orgulho de serem correntistas do BRB. Nesse caso, você terá em mim e em outros Deputados daqui os defensores número 1 do BRB, desde que atenda ao sofrimento dessas pessoas e ajude a tirá-las do sofrimento em que elas estão.

Portanto, Dario, eu vou lhe conceder a palavra para que você traga esperança. Que a partir de amanhã, sexta-feira, a gente comece a resolver esses problemas mais graves. Vamos resolver o problema de todos. Eu não quero ver o semblante triste da nossa professora que está ali. Eu não quero. Eu quero vê-la alegre, até porque nós negros somos alegres, nós somos festeiros. A gente gosta de coisa boa. (Palmas.) Portanto, eu quero vê-la feliz novamente. E o BRB poderá ajudá-la a ser feliz novamente. Ela representa aqui milhares de pessoas. Ela não está sozinha. Eu não quero mais vê-la chorando. Eu quero vê-la alegre, e vocês podem resolver isso.

Concedo a palavra ao Sr. Dario Oswaldo Garcia Júnior.

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Deputado, primeiro quero deixar claro que a gente quer a mesma coisa. A gente quer as pessoas felizes porque, na verdade, o banco existe porque possui clientes. Se não tivesse cliente, ele não existiria. Quero dizer que a gente não gosta de ver ninguém dessa forma, não.

A gente vai firmar o compromisso aqui de atender às pessoas, sim, mas vai começar pelos casos mais complicados, está ok? Eu não vou conseguir atender a todos, Elied, que estão com endividamento menor, num primeiro momento. Eu vou começar pelas pessoas que têm mais dificuldades, que estão com provisionamentos maiores para a gente tratar.

Vou conseguir resolver tudo em um dia? Não, não é possível, porque vamos tratar caso a caso. Nós vamos começar a chamar as pessoas.

Sobre a questão do provisionamento, amanhã já vou ver como a gente conduz para liberar uma parte do recurso do salário que vai entrar na conta das pessoas. Isso é possível fazer. Eu vou ver como eu volto para o banco e tento ajustar isso.

Sobre toda a sua lista de solicitação, vocês não sabem, mas toda a minha equipe está assistindo a esta comissão. É importante que todos que fazem avaliação técnica, Deputado, sintam o que as pessoas sentem. Se eu chegar lá e fizer uma explanação, talvez não tenha a grandeza do trabalho feito nesta tarde.

Então, é um compromisso nosso, sim. O banco tem essa questão de cuidar das pessoas. Eu desafio qualquer banco privado a vir, ouvir e se disponibilizar a resolver isso. Só um banco público faz isso, só um banco que tem preocupação com as pessoas vem aqui fazer isso. Não é uma coisa simples chegar aqui com a equipe toda, ver as cobranças, e apenas uma pessoa do banco respondendo sozinha a tudo isso. A questão é que a gente tem vontade de resolver. E a gente vai resolver.

Falaram do nosso Presidente Paulo Henrique. Ele, assim que chegou, em 2019, a primeira coisa que me pediu, como servidor, como empregado da casa, foi para fazer um programa para tratar o superendividamento das pessoas. Foi o primeiro programa. Eu estava olhando agora os documentos que a gente aprovou em 2019. Esse foi o primeiro programa que a gente aprovou e colocou na rua.

Então, nós vamos montar, sim, o núcleo. Isso eu não consigo fazer amanhã porque preciso achar pessoas, eu preciso conversar com as pessoas, mas vou tratar amanhã a parte do provisionamento e ver como que a gente faz.

Eu começo a chamar as pessoas em situação complicada a partir de segunda-feira. Vou mudar um pouco a forma. A gente vai mandar convite. Nesse último programa, a gente mandou mensagem através do nosso aplicativo, e a pessoa dizia se tinha interesse ou não. Às vezes, a pessoa não tem interesse, Elied, de negociar. Você sabe, e eu sei também, porque, às vezes, a pessoa faz um endividamento na conta dela, mas o marido tem outra renda, e eles não têm interesse em negociar. Eu não posso obrigar a que as pessoas mudem sua condição.

Então, vamos mandar mensagem para todo mundo. Fiquem de olho no aplicativo, não desliguem aquele sininho que existe lá, que é por onde a gente comunica. Dando um ok para a gente, a gente vai entrar em contato para agendar um horário, para que a pessoa seja atendida fora da agência. Deputado Chico Vigilante, lógico, algumas pessoas preferem ir à agência; então, vamos deixar em aberto para a pessoa escolher. Acho que a pessoa tem o direito de escolher como se sente melhor. Há gente que se dá bem com o gerente, mas há gente que não se dá.

Houve a questão da suspensão dos débitos. Elied, não há nenhuma definição da diretoria para que a gente não receba as cartas. Vamos fazer avaliação de todo o público.

Acho que eu passei aqui pelos itens que foram solicitados pela Cabs. O meu celular sempre esteve à disposição, e a gente continuará conversando.

(Intervenção fora do microfone.)

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – O Refis não é uma questão do BRB. Então, eu não posso entrar nisso. Eu vou trabalhar na questão das renegociações, do ajuste das operações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dario, deixa eu dar uma explicação sobre a questão do Refis. O banco tem que seguir regras do Banco Central do Brasil. O Governo do Distrito Federal é sócio majoritário, mas ele não manda sozinho no banco. Portanto, o Refis vai ser uma luta nossa junto ao Governo do Distrito Federal. Ele topando, vai ter de aportar recursos para o BRB, para que aconteça o Refis.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sim. Ele vai explicar para a senhora, agora, como é que ele vai chamar.

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Tenho, sim. A gente tem a lista.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Sim, você pode apertar esse botãozinho vermelho.

SRA. RAIMUNDA MARIA DE OLIVEIRA – Eu não quero me delongar, não, dois minutos serão rápidos para mim, só para tentar contextualizar.

Essa carta da qual a Elied falou, eu fiz uso dela por questões minhas, pessoais. Por dificuldade em lidar com essa situação e com medo de retaliação da gerência, porque isso aconteceu comigo várias vezes, eu não fui entregá-la pessoalmente, eu a enviei via *e-mail*. Eu recebi uma resposta de que essa comunicação, via *e-mail*, não é... Eu não sei dizer a resposta que eu recebi, é como se ela não fosse validada. Se é um meio de comunicação, ele não pode ser negado. Ela foi enviada. Ela foi enviada, e eu não obtive resposta sobre ela até hoje – eu mandei na semana passada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Ele já explicou aqui que eles vão fazer contato através de aplicativos. Eu vou indicar aqui, pela Câmara Legislativa, a Marilda Lima. A Professora Marilda e a Elied vão ficar acompanhando, junto ao banco, a situação toda. Está bem?

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Para concluir, a gente tem, sim, a informação das pessoas. Por exemplo, no último programa que fizemos, foram 21 mil clientes com os quais atuamos e trabalhamos. Nós mandamos mensagens. Por isso, eu pedi para acompanharem o que a gente manda de mensagem. A gente mandou as mensagens, mas nem metade... É através de Mobile. Eu enviei 21 mil mensagens, mas só 7 mil falaram: “Eu quero”. Muitos responderam para mim: “Não quero... Não quero... Não quero.” Então, eu não tenho como...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – A gente pode ver depois. A Elied me passará os casos, e eu vou analisando-os. Amanhã, eu já começarei a usar os casos – viu, Elied – para treinar a equipe.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Dario, eu queria inclusive sugerir, antes de você concluir, que vocês usassem as redes sociais do banco para fazer essa campanha de chamar as pessoas para negociar.

SR. DARIO OSWALDO GARCIA JÚNIOR – Nós vamos usar, sim. A gente usa o Instagram. A gente fez a campanha do Avança DF, a gente colocou toda essa questão. A gente até ia fazer uma apresentação, mas acho que não é o caso aqui. A gente veio mais para conversar, para ouvir, porque a gente tem sempre que ouvir o cliente, Deputado. É como a gente sempre repete: o cliente é o centro de tudo o que a gente faz no banco. Nem sempre conseguimos fazer tudo o que gostaríamos, pelas regras, pelo que o Banco Central preconiza, mas não tenha dúvidas de que não vamos medir esforços para conseguir resolver a vida desses nossos amigos e clientes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Eu quero convidar aqui o Maurício para receber o abaixo-assinado que será encaminhado. Maurício, por favor.

Cadê o abaixo-assinado, Elied?

Eu quero agradecer aos servidores que contribuíram para esta sessão: o pessoal do meu gabinete; o pessoal do Cerimonial; o pessoal da Polícia Legislativa; o pessoal do som; os vigilantes aqui da Casa; o pessoal da copa, que serviu o cafezinho; os intérpretes de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais; o pessoal da limpeza; o apoio ao plenário; e o pessoal da *TV Câmara Distrital*.

Inclusive, essa sessão fica disponibilizada para todas e todos. Ela foi exibida ao vivo. A nossa TV, a *TV Câmara Distrital*, agora é aberta, e toda a sessão está sendo transmitida.

Agradecendo a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e dos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa com sua presença, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 18h11min.)



Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 10/08/2022, às 15:21, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0877916** Código CRC: **D60D8471**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00016879/2022-05

0877916v4